

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro Socioeconômico

Departamento de Economia e Relações Internacionais

Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho

**ESTILO DE LIDERANÇA E POLÍTICA EXTERNA: um estudo de caso da política
nuclear canadense no governo de John G. Diefenbaker**

Florianópolis

2016

Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho

ESTILO DE LIDERANÇA E POLÍTICA EXTERNA: um estudo da política nuclear canadense no governo de John G. Diefenbaker

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Florianópolis

2016

Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho

ESTILO DE LIDERANÇA E POLÍTICA EXTERNA: um estudo da política nuclear canadense no governo de John G. Diefenbaker

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho na sua disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Dr. Daniel Ricardo Castelan (Orientador) – UFSC

Dra. Graciela De Conti Pagliari – UFSC

Dra. Mônica Salomón González – UFSC

Florianópolis, 05 de dezembro de 2016

À minha família, por todo suporte, amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Tive a feliz oportunidade de ter em minha volta várias pessoas de bom coração durante esses anos de graduação. Tanto no plano acadêmico, quanto no plano pessoal, percebi o quão importante é ter por perto indivíduos que nos façam evoluir como pessoa, acrescentando bons princípios, sabedoria e generosidade ao nosso ser.

Expresso minha infinita gratidão a todos os professores do curso de Relações Internacionais, que despertaram o pensamento crítico em mim, que alimentaram o meu interesse em aprender e que mostraram o valor e a riqueza do ambiente acadêmico para nossas vidas.

Agradeço também ao Grupo de Análise de Política Externa, que possibilitou o intercâmbio de conhecimento entre docentes, alunos de graduação e mestrado, sob a direção dos nobres professores Daniel Castelan e Mônica Salomón. O grupo proporcionou a este trabalho imensa contribuição, sem a qual seria impensável trabalhar com um tema ainda pouco explorado na área de Relações Internacionais no Brasil.

Devo agradecer aos meus amigos pelo apoio emocional e ímpar lealdade que recebi nesses anos longe de casa. À Helena Mara e Ramires Marques, companheiras de longa data, que sempre me receberam de braços abertos nos meus retornos à minha cidade natal. À Maria Lídia, Jeff, Felipe e Henrique, pelos maravilhosos momentos de confraternização e de boas risadas que passamos juntos. À Rita de Cássia, Mayara Manes e Valdirene Francisco, por dividirem suas vidas comigo e fazerem com que eu me sentisse em casa. À Giulia Ribeiro, por ser a prova de que uma grande amizade não se abala com a distância. À Daniel Paro, pessoa da mais alta bondade e companheirismo que já conheci. À Carol, Darlan, Claudemir, Marie e Renata, grandes colegas que me farão lembrar com felicidade da época da graduação.

Sou grato ao professor Daniel Ricardo Castelan, que foi o meu orientador neste trabalho. Obrigado por toda a atenção e conselhos dados para o aprimoramento da minha monografia. Não é por acaso que os graduandos tecem inúmeros elogios ao senhor, o seu jeito amistoso de ser, a sua paciência e singular inteligência fazem de ti um exímio professor que agrega muito valor ao nosso curso.

Por último, quero agradecer principalmente à minha família, base de todo sustento, educação e carinho. Aos meus pais, Marlene e Júlio, que sempre batalharam para que nunca faltasse nada para mim e para meu irmão. Tudo que tenho e conquistei até hoje é graças a vocês, espero que um dia eu possa recompensar todo esforço que têm feito para minha felicidade. Ao

meu irmão Samuel, pelo seu companheirismo e amor de criança, que enchem meu peito de alegria quando estou ao seu lado. Aos meus avós, minhas tias – Eliana e Marilda - e à minha prima Mariana, pessoas que sei que torcem por mim e tornam a vida mais agradável quando estão por perto.

A todos citados, muitíssimo obrigado.

*“Die Politik ist keine Wissenschaft,
sondern eine Kunst”*

(Otto Von Bismarck)

RESUMO

A presente monografia realiza um estudo da política externa canadense para armas nucleares no governo de John G. Diefenbaker. Através deste trabalho, objetiva-se elucidar se o processo de formulação e tomada de decisão em política externa para o estabelecimento de armas nucleares no Canadá foi influenciado pelas dinâmicas que ocorreram entre o estilo de liderança do primeiro-ministro e o seu grupo consultivo. Desse modo, o primeiro capítulo tece uma narrativa histórica que compreende o surgimento da era nuclear e a inserção da política externa canadense no período, focando-se nos fatos concernentes à questão nuclear no governo do primeiro-ministro John George Diefenbaker. Após a devida contextualização sobre o caso, o segundo capítulo discorre sobre os meandros da Análise de Política Externa e traz argumentos teóricos da área que sirvam de ferramenta para a análise do caso estudado nessa presente pesquisa. Ainda neste capítulo, apresenta-se uma nova tipologia que busca relacionar o padrão de relacionamento entre Executivo e grupo consultivo com a formação da unidade de decisão definitiva em política externa. O terceiro e último capítulo deste trabalho conclui, através da análise da política nuclear canadense, que o estilo de liderança de Diefenbaker, ou seja, sua forma de se relacionar com o seu grupo, permitiu que seu gabinete fosse o centro decisório de sua política externa e possibilitou à obstrução do processo decisório em relação às armas nucleares, a qual conduziu o governo do premiê a uma severa crise política.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Política Externa, estilo de liderança, política nuclear canadense.

ABSTRACT

This monography makes a study of the canadian foreign policy for nuclear weapons in the government of John G. Diefenbaker. Through this work, one aims to elucidate if the foreign policy decision making process for the stabilishment of nuclear weapons in Canada was influenced by the dinamics that occured between the leadership style of the Prime Minister and his advisory group. Therefore, the first chapter makes a historical narrative that comprises the onset of the nuclear era and the insertion of the canadian foreign policy in the period, focusing on the facts concerned to the nuclear question in the government of prime-minister John George Diefenbaker. After this contextualization about the case, the second chapter talks about the Foreign Policy Analysis area and brings up theoretical arguments that are useful for the analysis of the case studied in this research. Yet in this chapter, one presentes a typology that aims to relate the relationship pattern between the Executive and his advisory grup with the formation of a ultimate decision unit in foreign policy. The third chapter of this work concludes, through the analysis of the canadian nuclear policy, that the leadership style of Diefenbaker, thus, the way that he related with his group, allowed that his canibet were the decisory center of your foreign policy, and that way, he permitted the obstruction of the decisory process related to the nuclear weapons, which conducted the prime-minister's government to a severe political crisis.

KEY-WORDS: Foreign Policy Analysis, leadership style, canadian nuclear policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Unidade de Decisão Definitiva esperada para cada padrão de relacionamento entre o Executivo e seu grupo consultivo.....	42
Tabela 2: Unidade de Decisão Definitiva esperada para o padrão de relacionamento entre Diefenbaker e seu gabinete.....	63

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AIDA	Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico
APE	Análise de Política Externa
CCCRH	Canadian Committee for the Control of Radiation Hazards
EUA	Estados Unidos da América
NORAD	North American Aerospace Defence Command
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UNAEC	Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 NUCLEARIZAR-SE OU NÃO? A QUESTÃO NUCLEAR NO GOVERNO DE JOHN G. DIEFENBAKER	15
1.1 O nascimento da era nuclear e a inserção canadense	15
1.2 A hesitação de Diefenbaker e a crise nuclear canadense	23
1.3 Considerações finais do capítulo.....	32
2 A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E A UTILIZAÇÃO DE SEUS ARGUMENTOS TEÓRICOS.....	33
2.1 A Análise de Política Externa e sua matéria	33
2.2 Unidade de Decisão Definitiva	37
2.3 O relacionamento entre Executivo e seu grupo consultivo e a apresentação de uma nova tipologia para a APE	40
2.3.1 Os padrões (i) Formal com Foco no Processo e (ii) Formal com Foco no Problema ...	42
2.3.2 Os padrões (iii) Informal com Foco no Processo e (iv) Informal com Foco no Problema	44
2.4 Conceitos da Análise de Política Externa: Características pessoais dos primeiros-ministros	47
2.5 Considerações finais do capítulo.....	50
3 EXAMINANDO O CASO DE DIEFENBAKER.....	51
3.1 A liderança de Diefenbaker.....	51
3.1.1 Características pessoais de Diefenbaker: grau de envolvimento.....	52
3.1.2 Características pessoais de Diefenbaker: foco no envolvimento.....	54
3.1.3 Características pessoais de Diefenbaker: gestão da informação	55
3.1.4 Características pessoais de Diefenbaker: gestão de conflito	57
3.1.5 Características pessoais de Diefenbaker: gestão do locus de decisão	58
3.2 A liderança de Diefenbaker e seu impacto sobre às negociações nucleares	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

A Análise de Política Externa é um campo das Relações Internacionais destinado ao estudo da atuação externa de atores particulares, como por exemplo, Executivo, burocracia, opinião pública (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). Neste sentido, a presente monografia está inserida neste grande tema, pois busca, através do estudo que aqui será realizado, examinar o papel do líder frente à política externa de seu governo.

O estudo que será trabalhado é a política externa canadense para armas nucleares durante o governo do primeiro-ministro do partido conservador John G. Diefenbaker (1957-1963). Em uma conjuntura de détente nuclear, o Canadá se comprometeria a nuclearizar o seu território a partir da instalação de ogivas estadunidenses em suas bases militares nacionais. Entretanto, por uma série de questões que serão expostas nesta monografia, o país hesitou em aceitar os acordos nucleares previamente estabelecidos com os Estados Unidos. Este comportamento, principalmente após a Crise dos Mísseis cubana em 1962, foi responsável por desencadear uma forte crise política no país, levando à queda do governo do primeiro-ministro conservador e à sua substituição pelo Partido Liberal, sob o nome de Lester Pearson.

Dessa forma, busca-se compreender nesta monografia as raízes do impasse nuclear que foi implantado no país, identificando os seus responsáveis e suas causas. Sendo assim, posou-se a seguinte pergunta para o desenvolvimento deste trabalho: *“O que levou ao congelamento das negociações canadenses para o estabelecimento de armas nucleares estadunidenses em seu território durante a gestão de John Diefenbaker?”*

Para esta pergunta, a hipótese é de que o relacionamento desenvolvido entre John Diefenbaker e seu gabinete foi o responsável por conduzir as negociações canadenses sobre armas nucleares ao congelamento.

Esta pergunta e sua hipótese estão em consonância ao objetivo central desta monografia. Busca-se verificar se o processo de formulação e tomada de decisão em política externa foi influenciado pelas dinâmicas ocorridas entre o estilo de liderança do Executivo e seu grupo consultivo durante o impasse nuclear no governo de John Diefenbaker.

Quanto aos objetivos específicos, busca-se compreender o papel do estilo de liderança de Diefenbaker no congelamento da questão nuclear canadense no período de 1957-1963 e descrever as dinâmicas de relacionamento desenvolvidas entre este e seu gabinete no processo de tomada de decisão.

A partir deste trabalho, pretende-se contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e do debate científico na área de análise de política externa através do exame da hipótese levantada na introdução desta monografia.

Busca-se também constatar a pluralidade e relevância dos atores políticos presentes nos governos, desmistificando-se, assim, a ideia de unicidade e homogeneidade do Estado frente às questões externas. Portanto, uma análise fiel dos atores domésticos contribui também para elucidar a forma de interação entre figuras políticas e a relevância de seus respectivos posicionamentos dentro de um governo

Cabe também justificar a opção de estudar especificamente o Estado do Canadá sob o período de cinco décadas atrás. A exploração das relações internacionais entre Canadá e Estados Unidos, por uma questão de interesse pessoal, permitiu identificar a riqueza do episódio que será aqui estudado. Tem-se consciência de que o tema não se encontra no *mainstream* das produções científicas brasileiras, mas há também a segurança de que o estudo aprofundado da política externa canadense sobre armas nucleares no governo de John George Diefenbaker atesta sua relevância para o campo da Ciência Política e Relações Internacionais, pois este foi um episódio que provocou grandes movimentos políticos entre diversos atores no país. Sendo assim, um evento que merece ser estudado detalhadamente pela sua potencialidade em contribuir para o conhecimento na área de análise de política externa.

Outro ponto que deve ser destacado é o objetivo de dar vida aos estudos de análise de estilo de liderança, que muitas vezes são ignorados na área da ciência política. O chefe do Executivo é uma peça fundamental no quebra-cabeça da política externa, sendo primordial que cientistas políticos levem em conta suas características pessoais e sua forma de lidar com os outros membros do Estado. Jack S. Levy (2008, p. 25, tradução livre)¹ ressalta em seu artigo o pequeno espaço reservado à psicologia política nos estudos das Relações Internacionais e política externa. Para o autor “a análise de fontes psicológicas na política externa é muito importante para que estas sejam deixadas apenas para os psicólogos”.

Quanto ao estilo de liderança de primeiros-ministros, a escassez desses estudos se prova ainda maior. Anthony King (1985) ressalta que as produções bibliográficas sobre esse tipo de liderança são em quase sua totalidade biografias e memórias, sendo os trabalhos acadêmicos, produzidos por cientistas políticos, limitados e esparsos. King apresenta uma hipérbole intrigante sobre este cenário, segundo o autor (1985, p. 1, tradução livre)², “todos os livros

¹ Analyzing the psychological sources of foreign policy is too important to leave to the psychologists.

² All of the books on the prime ministership can easily be held in one hand.

sobre *'prime-ministership'* podem facilmente ser segurados em uma mão". Dessa forma, apesar da presente pesquisa não se ater apenas ao estilo de liderança do primeiro-ministro, este será consideravelmente estudado para que seja revelada a forma de relacionamento entre o chefe do Executivo e o seu gabinete.

Consequentemente, empenhar-se-á na retirada do papel coadjuvante dos estudos de estilos de liderança política, possibilitando que estes tenham a oportunidade de serem tratados com maior profundidade, sem excluir obviamente, a relevância dos demais atores domésticos, gerando assim, resultados mais sólidos sobre o tema.

Quanto à metodologia, este trabalho tem caráter qualitativo, sem nenhuma preocupação com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão da unidade estudada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Desse modo, buscar-se responder à pergunta dessa pesquisa a partir da investigação das fontes bibliográficas (artigos científicos, dissertações, teses e livros) referentes à questão nuclear no governo de John Diefenbaker. Ademais, a interpretação e a análise dos resultados obtidos através desta exploração serão realizadas a partir de trabalhos da área de Análise de Política Externa, isto é, obras que tratam o Estilo de Liderança do Executivo, o relacionamento deste com o seu grupo, e, além disso, a formação da unidade de decisão definitiva no processo decisório.

Por último, o trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo busca contextualizar o leitor através da revisão dos fatos presentes no caso estudado nessa pesquisa. Esta parte é essencial para a compreensão dos capítulos seguintes, uma vez que o tema não é recorrente nos estudos de Relações Internacionais.

O segundo capítulo discorre na sua primeira parte sobre a área da Análise de Política Externa, isto é, seu objeto de estudo, seu desenvolvimento e seus principais autores. Em segundo lugar, procura-se elucidar argumentos teóricos da área que permitam a construção da tipologia proposta neste trabalho e que sirvam de instrumento para a persecução da resposta ao questionamento feito no início desta monografia.

Por fim, o terceiro capítulo busca finalmente responder à pergunta de pesquisa e analisar o papel do Estilo de Liderança de Diefenbaker durante o impasse nuclear implantado no país. Após a discussão dos resultados, o trabalho segue para a sua conclusão e encerramento.

1 NUCLEARIZAR-SE OU NÃO? A QUESTÃO NUCLEAR NO GOVERNO DE JOHN G. DIEFENBAKER

Este capítulo apresenta uma narrativa histórica sobre o surgimento da era nuclear e a inserção da política externa canadense no período. Dessa forma, serão expostos os elementos que introduziram as armas nucleares na agenda global de segurança, os primeiros passos dados pelo Estado do Canadá no desenvolvimento desses armamentos e, finalmente, a grande crise política causada pela questão das ogivas nucleares no governo de John G. Diefenbaker, a qual é objeto central da presente pesquisa. Não cabe a este capítulo expor exaustivamente todas as características desse período. Dessa forma, dados técnicos e eventos secundários são desprezados, pois o objetivo fundamental desta seção é o de permitir, através da contextualização e revisão dos fatos, a plena visualização dos desdobramentos políticos e dos atores domésticos presentes no caso, elementos essenciais para a construção do argumento em política externa que aqui busca ser feito.

1.1 O nascimento da era nuclear e a inserção canadense

A Segunda Guerra Mundial representa um grande marco para a era nuclear que o mundo testemunhou na segunda metade do século XX. Pode-se afirmar que o conflito foi uma incubadora para o desenvolvimento de armamentos com grande potencial de destruição. Logo em 1939 com as primeiras agressões da Alemanha, como por exemplo, a invasão de Adolf Hitler à Tchecoslováquia e o avanço do exército nazista sobre a Áustria, o cientista Albert Einstein, auxiliado por seus colegas Leo Szilard e Eugene Wigner, encaminhava ao presidente dos Estados Unidos da América, Franklin D. Roosevelt, uma carta alertando a descoberta de um novo tipo de arma, a qual era capaz de aniquilar grandes áreas territoriais através da energia gerada pelo bombardeamento de nêutrons em átomos (CIRINCIONE, 2007). O objetivo fundamental do documento era o de chamar a atenção para o risco eminente que a descoberta de armamentos poderosos, durante um período de beligerância entre grandes potências mundiais, poderia trazer. Na carta, Einstein recomendou a Roosevelt o desenvolvimento de pesquisas na área de energia nuclear e, além disso, destacou o perigo de um empreendimento nazista sobre tal assunto.

No curso dos últimos quatro meses, é provável [...] que tenha se tornado viável desenvolver uma cadeia de reação nuclear de grandes proporções com o urânio. [...] Esse novo fenômeno levaria também a construção de bombas, e é razoável pensar – apesar de pouca certeza – que bombas de um novo tipo e extremamente poderosas possam ser desenvolvidas. Uma única bomba desse tipo, transportada por um barco e explodida em um porto, pode muito bem destruir completamente o local, incluindo algumas partes de seus arredores. [...] Tendo em vista esta situação, talvez consideres que seja desejável possuir permanentemente contato entre a Administração e o grupo de físicos que estão trabalhando em reações em cadeia na América. [...] A Alemanha já interrompeu a venda de urânio das minas da Tchecoslováquia, as quais esta tomou controle. Essa ação pode talvez ser entendida que [...] em Berlin, alguns dos trabalhos americanos em urânio estão, agora, sendo repetidos. (EINSTEIN, 1939, tradução livre)³

Após alertados, o primeiro passo dado pelos Estados Unidos da América foi o de estabelecer um pequeno encontro secreto entre um comitê formado pelo governo, Szilárd e outros físicos para lidar com a questão do urânio. A iniciativa foi modesta, pois apesar de entender a possível ameaça nazista, Roosevelt sustentava um posicionamento neutro no início do conflito, desembolsando apenas a quantia de seis mil dólares para pesquisa na Universidade de Columbia em Nova York (DELGADO, 2009).

Ainda para James P. Delgado (2009), ao contrário dos estadunidenses, os britânicos reagiram categoricamente à ameaça das novas bombas. Consciente das possibilidades de Hitler estar desenvolvendo armamentos nucleares através das pesquisas comandadas pelo físico alemão Werner Heisenberg, o governo britânico, aconselhado por Otto Robert Fritsch e o refugiado cientista alemão, Rudolf Ernst Peirels, estabeleceu seu próprio comitê secreto, de codinome Maud, em abril de 1940. Logo após instalado, o Maud veio a produzir um relatório que introduziu, de fato, as armas nucleares na agenda global de segurança. O relatório reportou a viabilidade em construir bombas de urânio para auxílio do esforço de guerra, com previsão de disponibilidade no ano de mil novecentos e quarenta em três (CIRINCIONE, 2007).

Ademais, o comitê britânico alertou para o descobrimento de uma grande novidade. Relatou-se que, ao contrário do que se pensava, bombas de urânio não precisavam pesar

³ In the course of the last four months it has been made probable [...] that it may become possible to set up a nuclear chain reaction in a large mass of uranium [...] This new phenomenon would also lead to the construction of bombs, and it is conceivable – thought much less certain – that extremely powerfull bombs of a new type may thus be constructed. A single bomb of this type, carried by boat and exploded in a port, might very well destroy the whole port together with some of the surrounding territory. [...] In view of this situation you may think it desirable to have some permanent contact maintained between the Administration and the group of physicists working on chain reactions in America. [...] Germany has actually stopped the sale of uranium from the Czechoslovakian mines which she has taken over. That she should have taken such early action might perhaps be understood on the ground that [...] Berlin where some of the American work on uranium is now being repeated.

toneladas e nem ter o tamanho de uma casa para possuírem grande capacidade de destruição. Através das pesquisas desenvolvidas, percebeu-se a possibilidade de criação de armamentos tão leves e pequenos que pudessem ser carregados em aeronaves (MAHAFFEY, 2011).

A investida do comitê britânico encorajou os americanos a lidarem rigorosamente com a questão nuclear (DELGADO, 2009). Roosevelt, após incentivado por Vannevar Bush, engenheiro e político norte-americano que encabeçou o desenvolvimento de tecnologia nuclear no país, e empurrado pelas informações disponibilizadas pelo Maud, autorizou em nove de outubro de mil novecentos e quarenta e um o primeiro projeto para o desenvolvimento da bomba atômica (CIRINCIONE, 2007). Dessa forma, após o aval de Roosevelt e sob o comando de Bush, os Estados Unidos, auxiliados pelos britânicos, tornaram-se mais comprometidos com a matéria nuclear. Isto posto, mesmo em um período delicado, com a entrada do país na guerra em dezembro do mesmo ano, as pesquisas adquiriram mais robustez e os acadêmicos se empenharam cada vez mais sobre a questão do urânio.

Ademais, a matéria nuclear ganhou novamente outro impulso na primavera de mil novecentos e quarenta e dois. Após interromperem o avanço japonês no oceano pacífico, os Estados Unidos viram a possibilidade de priorizar o desenvolvimento da bomba atômica, traçando um objetivo claro e direcionando os recursos necessários para que o armamento estivesse pronto o mais rápido possível. Assim, deu-se a largada para a corrida nuclear (GOSLING, 1999).

As pesquisas, que até então se encontravam espalhadas em diversas instituições e sob o comando de diferentes acadêmicos, como por exemplo, Arthur Compton na Universidade de Chicago, Oppenheimer e Lawrence na Universidade da Califórnia, Enrico Fermi na Universidade de Columbia, foram centralizadas com a aprovação de Roosevelt sobre um projeto orçamentado inicialmente em dez milhões de dólares em junho de mil novecentos e quarenta e dois (DELGADO, 2009). Localizado na cidade de Nova York, o programa foi conhecido mais tarde como *Manhattan Project*.

A partir de então, com a cooperação entre Canadá, Inglaterra e Estados Unidos através do acordo de Quebec em mil novecentos e quarenta e três (EDWARDS, 2014), o projeto foi o responsável pelo desenvolvimento das bombas de urânio e plutônio, *Little Boy* e *Fat Man*, lançadas respectivamente nas cidades de Hiroshima e Nagasaki no fim da Segunda Guerra Mundial. Deste modo, apesar do plano inicial ter sido o de desenvolver armas nucleares para combater os nazistas, o presidente Truman designou outro destino para as bombas. Após a

rendição da Alemanha, o Japão tornou-se o novo alvo, pois mesmo já enfraquecido, o governo norte-americano passou a considerar o uso dos novos armamentos para alarmar os soviéticos com sua capacidade militar, objetivando assim, limitar a intervenção do bloco comunista na nova ordem mundial que se seguiu após o fim do conflito. Além disso, o governo estadunidense viu a necessidade de aliviar as pressões do congresso, que poderiam fazer questionamentos caso os grandes investimentos feitos pelos Estados Unidos ao projeto Manhattan não demonstrassem nenhum resultado concreto (OH, 2014).

Após os bombardeamentos sobre o Japão e o fim do conflito, a corrida nuclear ganhou seu mais importante impulso. Duas semanas após o ocorrido em Hiroshima e Nagasaki, Stalin estabeleceu, em resposta à intimidação estadunidense, o Comitê Especial para a Bomba Atômica, que foi responsável em orientar as pesquisas para o desenvolvimento de armamentos nucleares na União Soviética (HOLLOWAY, 2010). Por conseguinte, presenciou-se uma ágil reação do ocidente no sentido de tentar evitar o alastramento nuclear que se pressagiava. Em quinze de novembro de mil novecentos e quarenta e cinco, os três chefes de Estado do Canadá, Estados Unidos e Inglaterra; Mackenzie King, Harry Truman e Clement Attlee, respectivamente, encaminharam uma declaração conjunta à Organização das Nações Unidas, propondo o estabelecimento de uma comissão para lidar com a eliminação do uso do conhecimento nuclear para fins militares e promover restritamente o uso pacífico dessa nova tecnologia. Tal iniciativa levou à instituição da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas (UNAEC) e à redação da primeira resolução sobre o controle de energia nuclear, que foi adotada pela Assembleia Geral em vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e quarenta e seis (RYDELL, 2006).

Não obstante, Randy Rydell (2006) também ressalta que os esforços estadunidenses para frear a proliferação nuclear não se limitaram na declaração conjunta encaminhada à ONU. Para o autor, Washington também procurou outras vias para alcançar seus objetivos, lançando o relatório Acheson-Lilienthal, que clamava pela gestão internacional da tecnologia nuclear, desde o processo de extração das minas até o desenvolvimento de pesquisas na área. O país também propôs o plano Baruch na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas em junho de 1946. O plano demandava a criação da Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico (AIDA), onde haveria a cooperação científica entre os Estados e a exclusão do poder de veto, objetivando tornar compulsória qualquer decisão estabelecida no órgão (FISCHER, 1997). Ademais, o plano recomendado pelos norte-americanos somente concederia a fiscalização da tecnologia nuclear dos Estados Unidos por um órgão internacional

no momento em que toda tecnologia nuclear dos demais Estados do globo já estivessem sob rigorosa supervisão e controle da AIDA (RYDELL, 2006).

O Plano Baruch recebeu uma incisiva reação soviética. A rejeição de Stalin veio sob o representante do bloco socialista, Andrei Gromyko, que ao contrário dos americanos, sugeriu que o desarmamento viesse anteriormente ao controle internacional da energia atômica, recomendando assim, a destruição completa do arsenal nuclear das nações em um período de três meses. A proposta soviética foi absolutamente rejeitada pelos estadunidenses, levando ao impasse nas negociações e, posteriormente, ao encerramento das atividades da UNAEC em 1949 (FISCHER, 1997).

Dessa maneira, o fracasso do diálogo entre o ocidente e a União Soviética em relação à questão nuclear, somado a outros eventos da política internacional, como por exemplo, o triunfo do comunismo na China no fim da década, às pressões de Moscou sobre o Irã e Grécia e sua política expansiva sobre o leste europeu, conduziu o mundo aos auspícios da Guerra Fria (GRANATSTEIN, 2011), a qual teve seus desdobramentos sempre envoltos pelas ameaças das bombas atômicas. Destarte, após o simbólico malogro do plano Baruch, diferentes episódios reafirmaram a prioridade dos armamentos nucleares na agenda de segurança global, como por exemplo, o primeiro teste nuclear soviético em 1949, a instalação de ogivas na Alemanha ao mando de Truman em 1951, o experimento britânico com uma bomba de fissão em 1952, as investidas norte-americanas com bombas de hidrogênio no oceano pacífico em 1954 e a crise dos mísseis cubana em 1962 (HOLLOWAY, 2010).

A partir da formação desta conjuntura, as nações foram conduzidas a um quadro em que lidar com a questão nuclear no período passava a ser inevitável. Ao longo da segunda metade do século XX, países como África do Sul, Argentina, Brasil, China e França começaram a desenvolver suas próprias pesquisas atômicas e, ao mesmo tempo, os discursos na ONU vociferavam contra a proliferação nuclear e solicitavam rigoroso controle sobre essas armas. Dentre as posturas dos países frente à questão nuclear, o Canadá se destacou pela sua peculiaridade no assunto. Como mencionado brevemente acima, o país teve uma ligação prematura com a questão nuclear e, além disso, adotou um posicionamento ambíguo em relação ao tema até meados dos anos 1980, sendo esta situação denominada por Duane Bratt (2002) como a ‘esquizofrenia nuclear canadense’, a qual Ottawa realizava um discurso pró-desarmamento em sua política externa e, ao mesmo tempo, alinhava-se as políticas nucleares promovidas pela OTAN e pelos Estados Unidos.

Portanto, a inserção canadense na era nuclear foi estabelecida antes mesmo do fracasso do Plano Baruch. Durante a Segunda Guerra Mundial, em mil novecentos e quarenta e dois, o país já havia firmado parceria com a Inglaterra no campo da pesquisa nuclear, recebendo pesquisadores de Cambridge nos laboratórios da Universidade de Montreal. O compromisso anglo-canadense, em seu primeiro momento, foi recebido pelos norte-americanos com considerável ceticismo. Washington hesitava em possuir cientistas estrangeiros nos seus projetos, alegando questões de segurança, e afirmava que ‘a assistência de pessoas de fora era bem-vinda em certas áreas e para propósitos específicos, mas não a qualquer custo e apenas em condições em que os Estados Unidos pudessem determinar isoladamente’ (BUCKLEY, 2000. p. 26, tradução livre)⁴. Entretanto, em mil novecentos e quarenta e três, o despreço estadunidense se reverteria, introduzindo o Canadá no desenvolvimento das pesquisas de Washington e delegando ao seu vizinho uma participação ativa no Projeto Manhattan.

Ainda para Buckley (2000), a Conferência de Quebec, em agosto de 1943, formalizou a cooperação entre Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. O encontro levou ao acordo bilateral entre Roosevelt e Churchill, no qual era descrito expressamente a participação canadense, mesmo em uma posição subordinada. Segundo o autor, ainda que o Canadá não participasse igualmente do acordo, este estava pelo menos sobre a mesa de negociações (BUCKLEY, 2000. p. 29). Dessa forma, mesmo que secundária, a participação de Ottawa no programa nuclear foi significativa, pois os canadenses dispunham de uma das únicas reservas de urânio que não estavam sob o poder da Alemanha de Hitler, e além disso, seu território se mostrou fértil para o desenvolvimento de pesquisas, uma vez que se localizava longe das hostilidades do conflito e dos bombardeamentos aéreos nazistas (BRATT, 2002).

Destarte, a colaboração entre os três países levou a um resultado concreto para o Canadá: a construção dos laboratórios de Chalk River em Ontário no ano de 1944. Este complexo foi estabelecido pelo Conselho de Pesquisa Nacional do país, objetivando auxiliar nos estudos para o desenvolvimento da bomba atômica junto ao Projeto Manhattan (CREATE, 2012).

Apesar do envolvimento dos três países nas mesmas pesquisas atômicas, a escolha de lançar bombas nucleares sobre o Japão no fim do conflito se restringiu aos Estados Unidos e Inglaterra. Dessa forma, em quatro de julho de mil novecentos e quarenta e cinco, durante uma reunião entre os três Estados, o ministro canadense C.D Howe, que esteve presente na

⁴ The assistance of outsiders was welcome in certain areas and for specific purposes, but not at any price and only on conditions that the United States alone would set.

negociação, apenas sugeriu que o presidente do Conselho de Pesquisa Nacional e dirigente das pesquisas nucleares do Canadá, C.J Mackenzie, fosse consultado e informado sobre a decisão que seria tomada concernente ao lançamento das bombas no fim do conflito (BUCKLEY, 2000). Além do mais, o primeiro-ministro canadense, Mackenzie King, manifestou-se contrário ao uso da bomba, optando predileção pela participação soviética no combate aos japoneses, ao invés do uso dos poderosos armamentos (JOHNSON, 1997). Dessa forma, apesar da estreita relação de Ottawa com o desenvolvimento das bombas, o governo do Canadá mostrou forte hesitação a partir do momento em que estas passariam a ser usadas.

O posicionamento de Mackenzie King não foi relevante o suficiente para alterar os rumos do fim da Segunda Guerra Mundial, e após o fim do conflito, o país adotou uma nova postura em relação a ciência nuclear.

Embora o Estado do Canadá já possuísse perfeitas condições de desenvolver seu próprio arsenal nuclear devido ao conhecimento adquirido com as pesquisas realizadas durante os anos de guerra, o país escolheu não prosseguir com o seu programa atômico, tendo esta decisão vinda sem nenhum grande debate e deliberação entre o gabinete de ministros e a burocracia no governo do primeiro-ministro liberal Mackenzie King (TRUDGEN, 2009). Desse modo, o país veio a renunciar expressamente sua aspiração pela tecnologia nuclear em dezembro de mil novecentos e quarenta e cinco, quando o Ministro da Reconstrução, Clarence Decatur Howe, “respondendo a uma indagação de um membro do partido conservador na Casa dos Comuns, firmemente respondeu: ‘nós não temos manufaturado bombas atômicas, e nós não temos a intenção de vir a manufaturá-las.’” (BOTHWELL, 1984. p. 169, tradução livre)⁵.

Segundo Trudgen (2009), a opção por congelar o projeto nuclear do Canadá se deu pela ausência do desejo em se tornar uma grande potência, sendo a simples posição de uma potência média, satisfatória ao país. Desse modo, o país enviou os seus gastos públicos para a promoção do bem-estar social de sua sociedade, reduzindo drasticamente os gastos em defesa. Além disso, o autor também destaca que Ottawa se manteve em uma posição confortável ao ser abrigada pelo guarda-chuva nuclear estadunidense, julgando assim ser desnecessário, em matéria de segurança, desenvolver seu próprio arsenal atômico. As prioridades do país no pós-guerra não eram de fortalecer suas forças armadas, mas sim de promover um Estado de bem-estar social, reduzindo dramaticamente os gastos em defesa no Canadá.

⁵ We have not manufactured atomic bombs, we have no intention of manufacturing atomic bombs.

Os anos 1950 alteraram a posição de Ottawa com a questão nuclear. O silêncio em relação às ogivas foi quebrado e, parafraseando Sean Maloney (2007), o Canadá passou, a partir desse período, ‘a aprender a amar a bomba’. As crenças pessoais de Louis St. Laurent, sucessor de Mackenzie King, deram um novo sentido para a participação do país na Guerra Fria. Segundo Granatstein (2011), o primeiro-ministro desenvolveu uma política de forte comprometimento com os seus aliados, argumentando ser um dever do país responder prontamente quando solicitado pelo Ocidente, conduzindo assim o Canadá às portas da política nuclear. Além disso, a evolução da tecnologia atômica também provou ser um fator propulsor para a mudança de postura do país em relação ao tema. Esta tornou possível o desenvolvimento de armamentos nucleares cada vez mais potentes e versáteis. As bombas, que anteriormente só eram pensadas como uma solução final para grandes conflitos, passaram a ser concebidas para diferentes fins, podendo, a partir daquele momento, serem usadas tanto para batalhas terrestres quanto para a defesa aérea dos territórios (TRUDGEN, 2009). Dessa forma, o Canadá, buscando ter um papel atuante na preservação do ocidente das possíveis agressões soviéticas, e como membro da OTAN, manifestou-se receptivo as novas possibilidades do uso desses armamentos.

Isto posto, a primeira decisão do país em adquirir armas nucleares decorreu em âmbito multilateral. Após a deflagração da Guerra da Coreia e as intervenções russa e chinesa no conflito, o Ocidente, representado pela OTAN, reforçou sua atenção sobre as ameaças do comunismo ao redor do globo (GRANATSTEIN, 2011). A partir deste quadro, em 1952, durante um encontro ministerial da OTAN em Lisboa, foi pactuado entre os países membros a necessidade em distribuir armas nucleares pelo bloco ocidental, tencionando usá-las como suplemento na estratégia de barrar qualquer investida soviética nos países capitalistas (MALONEY, 2007). A partir daí, imersas nesse plano estratégico, nascem as negociações para instalação de ogivas nucleares no Canadá. Respaladas no entendimento de que um sistema de defesa aéreo era essencial para prevenir os Estados Unidos de danos catastróficos, o projeto *East River* chegou à conclusão de que havia a necessidade de criação de bases nucleares no Canadá, e finalmente, em 1957, aprovou-se a decisão final (MC 48), que incorporou as armas nucleares na estratégia de defesa da área abrangida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte e delegou aos canadenses a responsabilidade de se comprometer definitivamente na *détente* da Guerra Fria, os quais deveriam atualizar e expandir suas forças armadas e cooperar com as operações da força aérea estadunidense (MALONEY, 2007).

Paralelamente, Ottawa e Washington também deram início às negociações para um acordo bilateral, levando mais tarde à institucionalização da NORAD (North American Aerospace Defence Command), a qual foi fruto das preocupações relacionadas ao aumento dos recursos bélicos do bloco comunista nos anos 1950 (NORAD, 2012). Dessa forma, os dois países passaram a estreitar suas políticas de defesa, sendo este quadro refletido durante um encontro do comitê do gabinete de defesa canadense em 1956, onde foi relatado que era eminente o fornecimento de armas nucleares estadunidenses ao Canadá (TRUDGEN, 2009).

Após realizadas as tratativas em relação à questão nuclear, a OTAN levou à disseminação de ogivas para diferentes países ao redor do globo, como por exemplo, Alemanha Ocidental, Itália, Turquia, Holanda, Grécia, Bélgica, Dinamarca (BRATT, 2002). O Canadá, apesar das expectativas que este seguiria o mesmo caminho que seus aliados, passou por uma situação distinta e delicada. Após firmado os acordos com a OTAN e aproximado sua política de defesa com os Estados Unidos, o país testemunhou uma mudança de governo. O primeiro-ministro St. Laurent entregou o cargo ao conservador John George Diefenbaker, que por uma série de eventos e por influência de grandes atores políticos, precisou lidar com a nebulosa questão nuclear que foi responsável por conduzir o país a uma das maiores crises políticas nacionais.

1.2 A hesitação de Diefenbaker e a crise nuclear canadense

A ascensão de Diefenbaker ao governo esteve diretamente ligada à intensificação do nacionalismo no país. A crescente penetração da economia estadunidense e da retórica da Guerra Fria foi a responsável pelo ufanismo canadense no período (MCKERCHER, 2013). A gestão do novo premiê, inserida nesta nova conjuntura, destacou-se pela profunda alteração que a sua política externa viria a sofrer nos últimos anos de seu mandato. Para Hilliker (1984), a ausência de um sólido programa para a condução dos assuntos estrangeiros no país durante as eleições foi a responsável por levar o Chefe de Estado a encarar sérias contradições que surgiram com as mudanças no cenário internacional, conduzindo-o ao enfrentamento de grandes desafios no processo de formulação e tomada de decisão em política externa no seu governo.

O novo primeiro-ministro, seguindo os passos de seu antecessor, Louis St. Laurent, deu inicialmente continuidade à política de alinhamento ao Ocidente. A personalidade de John

George Diefenbaker, que era imbuída de forte sentimento nacionalista e virulentamente anti-americanista (GRANATSTEIN, 2011), não reincidiu de antemão na relação do Canadá com os seus principais aliados. Dessa forma, as características pessoais do premiê se refletiram apenas nos últimos anos de seu governo, os quais foram marcados pela tentativa do Chefe de Estado em dar um tom emancipatório para o país frente à OTAN e aos Estados Unidos, sendo a questão das ogivas nucleares a peça principal da grande transformação da postura canadense.

No princípio dos anos 1960, o primeiro-ministro objetivou criar certa autonomia para o país em sua política externa, buscando evitar que a influência estadunidense sufocasse as diretrizes e crenças de Ottawa nos assuntos internacionais (ZORBAS, 2010). Esta metamorfose da política externa do Canadá trouxe inúmeras consequências para o governo de Diefenbaker, como por exemplo, o desenvolvimento de uma relação espinhosa com Washington, a depreciação da imagem do país frente à OTAN e grandes dificuldades nas negociações para o estabelecimento de ogivas nucleares em seu território. Consequentemente, a nova atitude do premiê rendeu maus frutos para o seu governo conservador, conduzindo-o a uma impetuosa crise política, a qual foi responsável pela sua queda e também pela ascensão do partido adversário sob o nome de Lester B. Pearson.

Anteriormente à mudança de postura do primeiro-ministro, o Canadá teceu um relacionamento amistoso com os Estados Unidos e a OTAN. Como feito pelo seu antecessor, Diefenbaker provou ser inicialmente um grande defensor das armas atômicas e, dessa forma, no mesmo ano em que assumiu o cargo, o premiê deu continuidade ao alinhamento de Ottawa às estratégias de defesa de seus aliados, as quais davam um papel protagonista para a tecnologia nuclear. Isto posto, Diefenbaker, após seis meses do início de sua gestão, reuniu-se com os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte para aprovar a diretiva MC 48/2, a qual ratificava a possibilidade do uso de armamentos nucleares pelos membros da organização logo no princípio de um possível conflito (BRATT, 2002). A partir da aprovação desta diretiva, o país se tornou efetivamente parte de uma aliança nuclear que foi a responsável em ordenar ao Canadá o abastecimento de ogivas nucleares em suas bases militares na Europa. Ademais, Diefenbaker, quem exerceu no início de sua gestão o papel de Ministro das Relações Exteriores de seu próprio governo em questão de semanas, aprovou, mesmo sem o pleno conhecimento dos termos do acordo, a conclusão do processo de negociação para o estabelecimento definitivo da NORAD (NEWMAN, 1963), tornando o país responsável pela defesa conjunta com os Estados Unidos da América do Norte contra as agressões soviética.

Por conseguinte, no ano de 1958, o primeiro-ministro deu continuidade ao seu projeto de alinhamento às políticas do ocidente. O período foi marcado pela grande dedicação de tempo e esforço de ministros e oficiais para que fosse iniciado o uso de armamentos nucleares pelas forças canadenses e norte-americanas no espaço terrestre e aéreo do país (LENTNER, 1976). Sendo assim, Diefenbaker e seu gabinete autorizaram as forças armadas a começarem às negociações para a aquisição de armas atômicas estadunidenses (TRUDGEN, 2009). Essa iniciativa resultou na decisão do país em abandonar o projeto nacional de construção de aviões-caça do tipo CF-105 *Avro Arrow*, substituindo-os pela compra de mísseis ianques do tipo superfície-ar para a defesa de seu território, os quais só eram eficientes se abastecidos com ogivas nucleares (GRANATSTEIN, 2011). Ademais, outra grande iniciativa do premiê foi o de dar início às negociações para compra de caças do tipo *Starfighter* CF-104, os quais também tinham sua eficácia estreitamente vinculada ao uso de material nuclear. Essa decisão surgiu após as recomendações do presidente do comitê militar da OTAN ao primeiro-ministro em 1959, o qual sugeriu à Ottawa o uso desses novos equipamentos para as operações canadenses no âmbito da organização (TRUDGEN, 1959).

As iniciativas adotadas pelo primeiro-ministro não geraram grande discussão política no país até meados de 1959, pois ainda segundo Trudgen (2009), o Departamento para Assuntos Estrangeiros, sob o comando de Sidney Earle Smith, não se opôs à aquisição desses armamentos, mas sim sustentou que estes eram os responsáveis por garantir a estabilidade no globo e por desencorajar possíveis investidas do bloco soviético no Ocidente. Ademais, Hilliker (1984) sustenta que a inércia de Smith às ações de Diefenbaker foram causadas pela inexperiência do ministro em relação a como as Relações Internacionais eram conduzidas, tornando-o ineficiente na área para qual fora delegado, apesar de sua boa reputação como reitor da Universidade de Toronto nos anos anteriores.

A simpatia de Diefenbaker à política nuclear ditada pelos Estados Unidos e OTAN passou a se enfraquecer a partir de março de 1959, pois os acordos firmados para aquisição dos armamentos atômicos começaram a provocar rachaduras no seu governo. Dessa forma, a transição do posicionamento do primeiro-ministro foi despontada pela quebra de consenso em seu gabinete em relação às ogivas nucleares. Com a morte de Earl Smith, o cargo de Ministro das Relações Exteriores foi passado à Howard Green, forte militante do desarmamento nuclear. Antigo Ministro do Trabalho Público, o sucessor de Smith levou sua grande experiência adquirida na Casa dos Comuns para o seu novo posto, construindo um posicionamento sólido no gabinete e ganhando a confiança do primeiro-ministro (HILLIKER, 1984).

Segundo Duane Bratt (2002), a partir deste quadro, iniciou-se a mudança de postura do primeiro ministro em relação à questão nuclear. Sob a nova influência de Howard Green, o Chefe de Estado deixou progressivamente de ser um defensor para se tornar um crítico desses armamentos, passando a se preocupar quanto à gestão das ogivas que seriam adquiridas, e assim, advogando pela administração conjunta destas entre Ottawa e Washington. Após o ingresso do novo Ministro das Relações Exteriores, Diefenbaker também passou a se inquietar pelas possíveis consequências que a unilateralidade dos Estados Unidos poderia trazer à utilização dos mísseis que seriam estabelecidos em território canadense.

Isto posto, Green e seu subsecretário, Norman Robertson, passaram a levantar sérias objeções sobre os rumos tomados pela política externa e de defesa do país, iniciando uma incisiva campanha do desarmamento, a qual buscava livrar o Canadá e as demais nações das armas nucleares (SIMPSON, 2001). Trudgen (2009) afirma que o posicionamento de Howard Green esteve em consonância com suas crenças e valores, pois o novo ministro não confiava na prevenção de um conflito entre grandes potências através da detente nuclear, preocupando-se com os resultados catastróficos que uma possível guerra com armamentos atômicos poderia trazer.

A partir desta mudança, o Ministério das Relações Exteriores, que não se opôs anteriormente às iniciativas de Diefenbaker, passou a condenar publicamente as armas nucleares, alegando que estas provocavam instabilidade na política internacional e, portanto, era dever do país engajar-se na promoção do desarmamento atômico, tornando-se um bom exemplo para o resto do mundo (TRUDGEN, 2009). Em contrapartida, o Ministério da Defesa Nacional, sob o nome de George Pearkes e posteriormente pelo seu sucessor, Douglas Harkness reagiu vigorosamente ao posicionamento de Green e Robertson, insistindo no prosseguimento do acordo para o fornecimento de material nuclear às forças armadas e para o estabelecimento de bases ianques no território canadense (HILLIKER, 1984). Ademais, Harkness sustentou que era fundamental que o Canadá cumprisse com o seu compromisso firmado com os Estados Unidos e com a OTAN, e que caso este passasse a sustentar a posição defendida por Green, o país perderia sua influência frente às demais nações ocidentais (TRUDGEN, 2009).

Sob esta delicada situação, Diefenbaker decidiu manter em silêncio o dilema nuclear que corroía o seu gabinete. O premiê percebeu que o seu grupo consultivo sofreria severas fissuras caso este desse andamento à aquisição das ogivas nucleares negociadas no início de seu governo (LENTNER, 1976). Além disso, em 1960 o premiê achou uma alternativa para dificultar as negociações. Diefenbaker passou a levantar a questão do controle conjunto

dos armamentos que seriam estabelecidos em seu território, sendo esta questão absolutamente inegociável para os EUA, uma vez que tal prática abriria precedência para outros países como Grécia, Turquia e Itália solicitarem a administração compartilhada das ogivas norte-americanas em seus países (SIMPSON, 2001). Dessa forma, a apreensão do primeiro-ministro em causar reações domésticas o fez optar por congelar o acordo nuclear. Este passou a recomendar ao seu gabinete que não mencionasse em público a questão das ogivas estadunidenses e, quando fizessem qualquer declaração sobre o assunto, que fosse citado o posicionamento prévio do primeiro-ministro, usando suas próprias palavras. A conduta de Diefenbaker foi a de atenuar a falta de consenso de seu grupo consultivo através de práticas baseadas no atraso e na prevaricação (SIMPSON, 2001).

A obscuridade do posicionamento de Ottawa em relação aos armamentos nucleares inaugurou as tensões entre o premiê e John F. Kennedy. O novo presidente dos Estados Unidos não teve tanta afinidade com Diefenbaker quanto o seu antecessor. “Enquanto Eisenhower enxergava a importância em cultivar o primeiro-ministro canadense com pequenos gestos, como a realização de consultas e de uma diplomacia pessoal, Kennedy via pouco valor nisso” (ZORBAS, 2009. p. 191, tradução livre)⁶. Isto posto, o novo líder da Casa Branca passou a se incomodar com a postura canadense causada pela incógnita que se estabeleceu no acordo dos mísseis e pela oposição de Ottawa aos planos da entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia, a qual os Estados Unidos se posicionaram favoravelmente (MCKERCHER, 2013).

As práticas de Diefenbaker levaram ao agravamento das pressões de Washington sobre Ottawa, traduzindo-se na deterioração do relacionamento entre os dois países. Ainda para Asa McKercher (2013), a difícil situação foi asseverada ainda mais após a demonstração de apoio do presidente norte-americano ao opositor do premiê, o liberal Lester B. Pearson. A partir de então, Diefenbaker passou a sustentar que Washington, com o intuito de substituí-lo por alguém alinhado aos desejos norte-americanos, tentava interferir nas eleições que viriam a acontecer no ano de 1962. Kennedy, ao mostrar predileção pelo seu rival, constringendo o governo do conservador progressista, deu a oportunidade para que o primeiro-ministro aos poucos se convencesse com os argumentos de Howard Green, passando cada vez mais a pensar na possibilidade de reversão dos acordos nucleares previamente estabelecidos (TRUDGEN, 2009).

⁶ Where Eisenhower had viewed it as important to cultivate the Canadian Prime Minister through small gestures such as consultation and personal diplomacy, Kennedy saw little value in this.

O desconfortável dilema nuclear permaneceu entorpecido até 1962, ano em que após as eleições, o governo conservador se reelegeu com um governo minoritário no parlamento. Ao mesmo tempo, a opinião pública se mostrou cada vez mais engajada na questão das ogivas nucleares com a atuação de grupos pacifistas pelo país (GRANATSTEIN, 2011). ONGs, como *Voice of Women* e *CCCRH*, foram responsáveis por pressionar o governo, coletando em torno de 140.000 assinaturas contra a nuclearização do país. Dessa forma, essa forte pressão da população civil, aliada à perda de 92 assentos na Casa dos Comuns, levou o premiê a perceber que a aquisição das ogivas nucleares poderia trazer sérias consequências políticas para o seu governo (MCMAHON, 1999). A partir deste quadro, a reação do primeiro-ministro foi a de dar continuidade ao seu silêncio. Segundo Peter C. Newman (1963), as feridas do resultado eleitoral conduziram Diefenbaker a um estado de aflição, tornando-o alérgico ao próprio processo de tomada de decisão e, além disso, ao invés de reconstruir seu gabinete para reerguer a confiança nacional sobre o seu governo, o primeiro-ministro decidiu continuar com o mesmo tipo de gestão que havia sido rejeitada por três quintos da população nas urnas. Sendo assim, o premiê optou por não tomar uma decisão final até que os diálogos sobre o desarmamento nuclear se encerrassem na ONU, e além disso, este buscou sem sucesso propor formas alternativas para o uso de armamentos atômicos no Canadá, como por exemplo, sugerindo ao seu gabinete que as ogivas permanecessem em território estadunidense e só atravessassem a fronteira do país caso houvesse o risco eminente de um conflito (TRUDGEN, 2009).

A gestão de Diefenbaker, que se fragilizou após as eleições, sucumbiu definitivamente durante a crise dos mísseis cubanos. O episódio foi responsável por conduzir o globo à beira de um conflito nuclear, sendo débil a resposta de Ottawa ao incidente. Ao descobrir a presença de mísseis soviéticos na região do Caribe, os Estados Unidos só revelariam a situação ao governo canadense duas horas antes do presidente Kennedy ir à mídia e informar o mundo sobre o acontecimento (MCKERCHER, 2013). Destarte, na tarde do dia 22 de outubro, o antigo embaixador dos Estados Unidos no Canadá, Livingston Merchant, partiu de Washington rumo à Ottawa no objetivo de entregar uma mensagem urgente do presidente ianque, relacionada a situação de Cuba, ao premiê junto de seus ministros Douglas Harkness e Howard Green (NEWMAN, 1963).

Destarte, apesar dos EUA esperarem que o Canadá seguisse suas recomendações de prontidão durante a crise, o país decidiu tomar um rumo diferente frente à liderança de Washington (ZORBAS, 2010). Após alertados pelos Estados Unidos, o Canadá demorou quarenta e oito horas para colocar suas tropas em estado de alerta. Apesar da sede da NORAD

ter solicitado prontamente à Ottawa o posicionamento de vigilância das forças armadas canadenses e o deslocamento de mísseis e caças equipados com ogivas nucleares para dentro das fronteiras do país, o Ministro da Defesa, Douglas Harkness, só recebeu autorização do premiê para acatar estas recomendações após infundáveis debates no gabinete nos dias seguintes, os quais foram marcados pela forte oposição de Howard Green em seguir os desejos estadunidenses (NEWMAN, 1963).

Dessa forma, Diefenbaker apenas decidiu que o Canadá deveria ficar ao lado do seu vizinho quando se tornou óbvio que a União Soviética não retrocederia na contenda (ZORBAS, 2009), sendo esta delonga responsável pela cólera do pentágono que se seguiria sobre o país. Ademais, mesmo em estado de alerta, as tropas canadenses se mostraram ineficientes, pois estas estavam completamente despidas de material nuclear, tornando seus armamentos inúteis para o combate de qualquer mínima agressão soviética (NEWMAN, 1963).

Para Zorbas (2010), a decisão de Diefenbaker em esperar dois dias para agir está de acordo com as crenças do líder sobre os rumos que a sua política externa deveria adotar. Dessa forma, após a mudança em seu gabinete e o acirramento das relações com Kennedy, o primeiro-ministro acreditou que o país deveria responder ao episódio sobre seus próprios termos e culpava a administração do presidente norte-americano pelos desdobramentos em Cuba, considerando que o início das tensões havia se iniciado após a invasão estadunidense na Baía dos Porcos, a qual foi fruto das aventuras e dos riscos tomados por John Kennedy. Além disso, o premiê condenou o fato de apenas ser informado pelos americanos, afirmando que o correto como membro da NORAD, seria o de ser consultado sobre o ocorrido antes que qualquer ação fosse tomada. Por outro lado, Newman (1963) sustenta que a resposta do premiê ao evento provou a ausência de qualquer racionalidade na política externa e de defesa de sua gestão, levando até alguns dos seus próprios ministros a se voltarem contra ele após o ocorrido.

Depois dos desdobramentos em Cuba, John Kennedy veio a afirmar que além do atraso canadense, o país havia despido a região de defesa ao hesitar receber as ogivas nucleares que haviam sido previamente acordadas pelo premiê no âmbito da NORAD e da OTAN (GRANATSTEIN, 2011). Além disso, o presidente do comitê militar da OTAN, General Norstad, durante uma conferência de imprensa, declarou que o Canadá não estava cumprindo com seu papel na organização (TRUDGEN, 2009). “[A atitude de Ottawa] demonstrou ao povo canadense que a indecisão do governo de Diefenbaker havia isolado seu país entre a família das

nações ocidentais’’ (NEWMAN, 1963. p. 339, tradução livre)⁷. A partir daí os Estados Unidos passaram a sustentar que seu vizinho não estava ao lado do mundo livre, mas sim em uma suspeita posição de neutralidade.

Contrário ao posicionamento norte-americano e da organização, o Canadá, sob o comando de Diefenbaker, enxergou outros rumos para a resolução da crise cubana. Durante os treze dias de tensão, o primeiro-ministro sustentou que a contenda deveria ser solucionada através de negociações diplomáticas, acreditando que a Organização das Nações Unidas pudesse ser protagonistas em tal iniciativa, e uma vez que os Estados Unidos eram os responsáveis por agravar a situação, não era coerente que o Canadá viesse a apoiá-los (ZORBAS, 2010). Segundo Newman (1963), o premiê chegou a recomendar uma inspeção na ilha caribenha feita por oito nações integrantes do Movimento Não Alinhado para o esclarecimento dos fatos, questionando as afirmações do presidente norte-americano sobre o deslocamento de equipamentos nucleares nas águas do Atlântico. Parafraseando Jason Zorbas (2009, p. 194, tradução livre)⁸, ‘os EUA não estavam preparados sob nenhuma circunstância em permitir que a ONU lidasse com a crise e expressou, com considerável desagrado, a ideia canadense [...]’.

Ao mesmo tempo em que as confusas ações do governo prosseguiram, o opositor Liberal, Lester Pearson, aproveitou a oportunidade para reconsiderar a nuclearização do país, o qual este era previamente contra. Além disso, os efeitos dos episódios cubanos deram início a um profundo debate no Canadá quanto à aceitação das ogivas norte-americanas (NEWMAN, 1963).

Com a resolução do impasse cubano, finalmente viria a reação canadense. Em janeiro de 1963, em resposta aos comentários inconclusivos do premiê na Casa dos Comuns em relação ao atraso na aquisição de ogivas nucleares, oficiais da Casa Branca taxariam John Diefenbaker de mentiroso durante uma conferência de imprensa, alegando que este estava agindo contrário ao seu posicionamento inicial nas negociações para aquisição das ogivas nucleares (MCKERCHER, 2013). Com as críticas estadunidenses, os sentimentos contrários do primeiro-ministro aos Estados Unidos foram exacerbados ao mesmo tempo em que o partido opositor, sob o nome de Lester Pearson, tomou a iniciativa de se posicionar favoravelmente à

⁷ It demonstrated to the Canadian public that the Diefenbaker government’s indecision had isolated their country among the Western Family of nations.

⁸ The US was not prepared under any circumstances to allow the UN to deal with the crisis and expressed considerable displeasure with the Canadian idea of a UN inspection team.

nuclearização do país, prometendo aceitar, caso eleito nas próximas eleições, o estabelecimento das ogivas estadunidenses no território.

Isto posto, a decisão de Lester Pearson foi resultado de um processo iniciado após a consulta do candidato liberal ao crítico de defesa membro de seu partido, Paul Hellyer, o qual fez recomendações para que a oposição se pronunciasse favoravelmente ao acordo nuclear entre Ottawa e Washington. Além dos conselhos de seu colega, Pearson também já havia notado previamente o apoio dos membros de seu partido durante um encontro em Walkerton no fim de 1961, e através da opinião pública a partir da pesquisa de opinião feita pela Gallup Poll, a qual mostrou que a maioria dos entrevistados passou a ser favorável a nuclearização do país após o episódio cubano (LENTNER, 1976). Dessa forma, Pearson concluiu que ao se tornar apoiador dos armamentos atômicos, este levaria benefícios políticos ao seu partido e auxiliaria na reconstrução dos bons laços com os Estados Unidos (TRUDGEN, 2009). Abalado com a iniciativa do Partido Liberal, Diefenbaker se dirigiu à casa dos comuns em 25 de janeiro de 1963, em resposta ao novo posicionamento de Pearson, para comunicar sua opção pela mudança de rumos quanto ao acordo nuclear (SIMPSON, 2001). Dessa forma, o primeiro-ministro teceu duras críticas aos seus opositores e aos americanos, e finalmente declarou sua nova decisão em relação às ogivas nucleares, recusando-as por completo e sob qualquer circunstância (BRATT, 2002). A partir de então, ao perceber que não havia nenhuma outra via para resolução da questão, o primeiro-ministro concluiu que o melhor caminho seria conduzir uma campanha anti-nuclear e contra os americanos no país, tornando-se assim, resistente ao posicionamento pró-nuclear do Ministro da Defesa de seu gabinete, Douglas Harkness (HILLIKER, 1984).

A decisão final do premiê conduziu o país a uma grande crise política, levando ao desmoronamento do gabinete do Chefe de Estado, quando o Ministro da Defesa, Douglas Harkness anunciou que renunciaria ao cargo em razão à posição de Diefenbaker (TRUDGEN, 2009). Tal episódio resultou na perda de confiança do governo na Casa dos Comuns, onde foi apresentada uma moção de não confiança, responsável por dissolver o parlamento e convocar novas eleições (SIMPSON, 2001), a qual resultou na derrota do partido conservador nas votações no dia 8 de abril de 1963 e na renúncia do premiê no dia 22 do mesmo mês (NEWMAN, 1963), sendo este sucedido pelo partido liberal de Pearson, o qual no mesmo ano deu conclusão ao acordo nuclear com os Estados Unidos (BRATT, 2002).

1.3 Considerações finais do capítulo

A ocorrência da crise nuclear canadense no governo de John G. Diefenbaker está estreitamente vinculada à forte presença das armas nucleares na agenda de segurança global durante a segunda metade do século XX. O país, que por ter sido um aliado do mundo ocidental desde os princípios da Guerra Fria, teve uma relação prematura com os armamentos atômicos, os quais foram os responsáveis por conduzir posteriormente Ottawa a uma difícil relação com seus aliados internacionais, Estados Unidos e OTAN, mas também com diversos atores domésticos.

A revisão da literatura sobre a política nuclear no governo conservador de Diefenbaker aponta para a presença de fortes atores domésticos que influenciaram sobre o processo de formulação e tomada de decisão sobre a aceitação das ogivas estadunidenses no território, como por exemplo, o estilo de liderança do Executivo, a falta de consenso entre as elites políticas (representadas principalmente pelas figuras de Howard Green e Douglas Harkness) e a pressão da opinião pública e do Partido Liberal. Dessa forma, pode-se constatar que mesmo a questão nuclear sendo caracterizada como um assunto genuinamente de política externa, esta provou ser também uma política pública, pois sua penetração no ambiente nacional provocou a reação e o posicionamento dos atores domésticos, conduzindo o governo do premiê conservador a uma forte crise política no final de sua gestão.

No próximo capítulo serão discutidos alguns conceitos teóricos da Análise de Política Externa, que em conjunto com o conteúdo exposto neste presente capítulo, permitirá o exame da hipótese levantada nesta monografia.

2 A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA E A UTILIZAÇÃO DE SEUS ARGUMENTOS TEÓRICOS

O presente capítulo busca primeiramente expor de forma breve a base de estudo da Análise de Política Externa, traçando seus objetos de investigação, seus propósitos, seu desenvolvimento e sua relação com a disciplina de Relações Internacionais. Além disso, procura-se discorrer sucintamente sobre como o objeto de pesquisa deste trabalho está estreitamente atrelado aos estudos da APE.

Após a devida exposição dos meandros da Análise de Política Externa e de como este trabalho se inter-relaciona com a área, a segunda parte busca levantar argumentos do campo da APE que sirvam de ferramenta de análise para o objeto de estudo da presente monografia. Dessa forma, buscar-se-á sustentação nos trabalhos “*Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry*” de Margaret G. Hermann e Charles F. Hermann (1989); “*Presidents, Advisers, and Foreign Policy: The Effect of Leadership Style on Executive Arrangements*” de Margaret G. Hermann e Thomas Preston (1994) e “*Leadership Styles of Prime Ministers: How Individual Differences Affect The Foreign Policymaking Process*” de Margaret G. Hermann e Juliet Karboo (1998).

A partir dos conceitos sobre unidade de decisão definitiva e relacionamento entre grupo consultivo e Executivo, propõe-se uma tipologia que inter-relaciona os dois trabalhos, a qual expressa que a unidade de decisão do processo decisório pode ser determinada pelo modo como o líder lida com o seu gabinete no processo de formulação e tomada de decisão em política externa no governo.

Por último, apresenta-se de forma secundária como as características pessoais dos primeiros-ministros modelam o processo de formulação e tomada de decisão em política externa de seus governos, pois a partir dessa ótica será possível analisar o estilo de liderança desenvolvido pelo primeiro-ministro, evidenciando assim, o padrão de relacionamento desenvolvido entre este e seu gabinete no caso estudado neste trabalho.

2.1 A Análise de Política Externa e sua matéria

A Análise de Política Externa é um campo sólido dentro da grande disciplina das Relações Internacionais e, apesar de sua definição variar na literatura, pode-se afirmar que esta

área de estudo assume que indivíduos, agindo individual ou coletivamente, são os grandes responsáveis pelo comportamento e pelas mudanças na política internacional (HUDSON; VORE, 1995). Segundo Mônica Salomón e Leticia Pinheiro (2013, p. 40), “o que outorga especificidade à APE é seu foco nas ações internacionais de unidades particulares”. Dessa forma, os estudos da área buscam examinar as atuações de atores domésticos presentes em Estados específicos⁹, como por exemplo, o Executivo, o legislativo, a opinião pública e as elites políticas. Além disso, Salomón e Pinheiro (2013) afirmam que a APE também dá grande destaque à interação entre estes próprios atores, a qual é responsável por moldar o processo de formulação e tomada de decisão em política externa de um governo.

Deste modo, Valerie Hudson e Christopher S. Vore (1995) estabelecem que a APE oferece uma alternativa em relação aos trabalhos tradicionais das Relações Internacionais que fazem generalizações e tratam o Estado como uma caixa-preta, como por exemplo, as grandes teorias denominadas pelos autores como “*actor-general theories*”. Ainda segundo Hudson e Vore (1995, p. 210)¹⁰ “[A APE] abre a caixa [do Estado] ao examinar o processo de tomada de decisão em política externa”, e, à vista disso, pode-se afirmar que o grande propósito desta área não é o de buscar abstrações sobre as explicações dos eventos, como é feito por alguns modelos recorrentes nas Relações Internacionais que tratam as unidades como uma rígida bola de bilhar, mas sim o de buscar concretude, trabalhando, detalhadamente, com os atores presentes e suas interações dentro do Estado¹¹.

Com base neste argumento, é interessante parafrasear a sustentação de Richard Herrmann (1988), o qual alega que as questões que nos interessam, como por exemplo, os problemas reais do mundo e da política internacional, não estão confinados somente ao nível sistêmico. Sendo assim, o autor exclama que não é surpreendente que muitos realistas¹² tenham abandonado o nível macro da análise para mergulhar nas trincheiras da análise real da política, a qual é objeto de estudo da APE.

⁹ Apesar do foco principal da APE ser sobre os governos de Estados, esta também se compromete em estudar outras unidades, como por exemplo, governos subnacionais e instituições intergovernamentais, que graças à globalização e seu processo de descentralização e regionalização, tornaram-se capazes de desenvolver suas próprias políticas externas. (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013)

¹⁰ It unpacks the box by examining foreign policy decision making.

¹¹ Exceção importante a esse padrão foi o trabalho de Rosenau, que buscou construir uma teoria geral de política externa ainda nos anos 1960.

¹² Os realistas são aqueles que seguem uma corrente de pensamento que, segundo Jack Donnelly (2000, p. 9, tradução livre), “ênfatisa os constrangimentos impostos na política pela natureza humana e pela ausência de um governo internacional, tornando as relações internacionais um amplo domínio de poder e interesse”

Ademais, ao abordar a atuação de atores específicos na política externa, a APE busca contribuições de várias disciplinas além das Relações Internacionais e da Ciência Política, como por exemplo: Psicologia, Sociologia, Economia, História e Direito. Isto posto, a Análise de Política Externa “[...] é dependente, no seu desenvolvimento, de contribuições interdisciplinares que nem sempre têm presença em outras áreas das Relações Internacionais ” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

Em relação à maturação da disciplina, pode-se afirmar que a Análise de Política Externa passou a se estabelecer como uma subárea das Relações Internacionais a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Hudson e Vore (1995), três trabalhos foram responsáveis pela edificação da APE, sendo estes: (1) *‘Pre-theories and Theories of Foreign Policy’* (1966) de James N. Rosenau, (2) *‘Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics’* (1954) de Richard C. Snyder, H. W. Bruck e Burton Sapin e (3) *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics* (1956) de Harold e Margaret Sprout.

A contribuição de Rosenau foi no sentido de buscar construir uma teoria de política externa testável, sendo o seu artigo de 1966 responsável por apontar a direção para esse empreendimento (HUDSON; VORE, 1995). Para Mónica Salómon e Leticia Pinheiro (2013, p. 44):

O ambicioso objetivo do projeto [de Rosenau] era chegar a uma teoria geral da política externa, capaz de explicar qualquer política externa e até de prever atuações específicas. A maneira de fazer isso era identificar, a partir de dados extraídos de múltiplas fontes, as correlações entre as características das nações e os tipos de comportamento de uma com relação às outras

Quanto às contribuições de Snyder, Bruck e Sapin, estes foram os responsáveis por realizar uma abordagem que olha para dentro dos Estados e enfatiza os atores presentes na formulação da política externa. Isto posto, Hudson e Vore (1995) apontam que Snyder e seus colegas deixaram um legado para a APE ao enfatizar o processo de formulação e tomada de decisão em política externa, ao invés de somente examinar os resultados produzidos neste processo. Nas palavras dos próprios autores: “se se deseja provar o porquê das questões sob os eventos, condições e padrões de interação que se apoiam na ação do Estado, então a análise do

processo de tomada de decisão é certamente necessária” (SNYDER, BRUCK e SAPIN, 1962, p. 7, tradução livre)¹³.

Por último, Hudson e Vore (1995) apontam que Harold e Margaret Sprout defendiam em seu trabalho que o estudo da política externa necessitava que o pesquisador olhasse para o ‘*psycho-milieu*’ dos indivíduos e grupos que participavam do processo de formulação e tomada de decisão em política externa, ou seja, através de um novo nível de análise, tornava-se necessário examinar as percepções e interpretações dos tomadores de decisões sobre o contexto internacional em que estes se inseriam, pois nem sempre essas interpretações eram compatíveis com a realidade, podendo esta incongruência levar a resultados menos satisfatórios na política externa.

A tentativa de Rosenau em construir uma grande teoria para o campo da Análise de Política Externa não se concretizou. Salomón e Pinheiro (2013) argumentam que ao invés de produzirem uma teoria geral, os comparativistas passaram a possuir apenas infindáveis variáveis após décadas de trabalho, não alcançando o objetivo almejado por um dos grandes fundadores da Análise de Política Externa. Este fracasso aliado ao fim da Guerra Fria, que tornou muito mais complexo o entendimento da política internacional, foi responsável por uma grande mudança na área. Ainda parafraseando Salomón e Pinheiro (2013, p. 44), ao descartar “o ambicioso objetivo inicial de construir uma teoria geral da política externa, os esforços passaram a estar focados na elaboração de teorias ‘de médio alcance’ sobre fenômenos muito mais restritos, complementares ou não entre eles”. Dessa forma, a APE passou a dedicar sua atenção à construção de teorias que sejam um intermédio entre as teorias de grande alcance e a complexidade do mundo real, buscando explicações multicausais, utilizando conceitos de diferentes áreas das ciências sociais, enxergando o processo de formulação e tomada de decisão como algo tão importante quanto os resultados produzidos e, principalmente, focando nos atores específicos dentro dos Estados (HUDSON; VORE, 1995).

O presente trabalho, ao analisar a política nuclear canadense na gestão de John G. Diefenbaker, insere-se no campo de estudo da APE, pois ao buscar explicações sobre o comportamento do país em sua política externa durante o evento estudado, foca-se na atuação dos atores particulares do Estado frente à questão, como por exemplo, a ação do chefe do Executivo, a pressão realizada pelos ministros Howard Green e Douglas Harkness no gabinete

¹³ If one wishes to probe the "why" questions underlying the events, conditions, and interaction patterns which rest upon state action, then decision making analysis is certainly necessary.

do primeiro-ministro, a atuação do Partido Liberal como oposição ao governo e o comportamento da opinião pública sobre a polêmica questão das ogivas nucleares.

Ademais, o desenvolvimento desta pesquisa se apoia em duas grandes áreas que transcendem as Relações Internacionais. Primeiramente, utiliza-se de fontes historiográficas para observação das ações dos atores domésticos no período, e secundamente, busca-se contribuições em trabalhos da APE que se alimentam de ideias da psicologia para o exame do comportamento do Executivo nesta pesquisa, isto é, de seu estilo de liderança, que será abordado posteriormente neste trabalho. Dessa forma, como outros trabalhos de APE, esta monografia é dependente de outras áreas de estudo das ciências sociais para sua construção.

Por fim, cabe ressaltar a natureza da presente monografia e sua coerência com os trabalhos recorrentes feitos no campo da APE. Neste sentido, ao verificar a hipótese de que o processo de formulação e tomada de decisão em política externa para o estabelecimento de armas nucleares no Canadá foi influenciado pelas dinâmicas que ocorreram entre o estilo de liderança do primeiro-ministro e o seu grupo consultivo, busca-se contribuir para uma compreensão de médio alcance sobre a importância do Estilo de Liderança na política externa dos países, ou seja, não almeja-se construir conceitos generalistas e de grande alcance, mas sim estabelecer, através de uma análise detalhada, explicações que possam ser aplicadas a outros eventos e unidades, dependendo das condições em que estas se inserem, como por exemplo, o tipo de governo, os atores domésticos presentes, a conjuntura internacional do período e a forma em que a unidade de decisão em política externa é estabelecida no caso.

A seguir, serão apresentados conceitos de Análise de Política Externa que servirão como ferramenta de análise para o caso aqui estudado. Além disso, introduzir-se-á a nova tipologia proposta nesta presente monografia, na qual o caso de Diefenbaker será enquadrado no último capítulo.

2.2 Unidade de Decisão Definitiva

Entre os grandes contribuintes para os estudos da Análise de Política Externa estão Margaret Hermann e Charles Hermann que, em 1989, introduziram o importante conceito de Unidade de Decisão Definitiva, o qual será utilizado nesta monografia.

É fundamental apresentar as definições que permeiam a unidade de decisão em política externa antes de discorrer propriamente sobre as questões acerca do estilo de liderança, uma vez que nem sempre o líder é o responsável pelas ações internacionais de um Estado. Dessa forma, a unidade de decisão pode se concentrar em um único indivíduo, mas também pode estar estreitamente ligada a um grupo ou até mesmo a múltiplos atores domésticos. Isto posto, cabe primeiramente discutir como pode se definir as diferentes unidades de decisão presentes na política externa, em que ocasiões estas ocorrem e que comportamento estas tendem a desenvolver no plano internacional. A partir destes conceitos será possível identificar no próximo capítulo qual foi a unidade de decisão em política externa que prevaleceu durante a questão nuclear canadense.

Para esta tarefa, a presente monografia se apoia nas contribuições de Margaret G. Hermann e Charles F. Hermann, no artigo “*Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry*” de 1989.

Isto posto, a unidade de decisão em política externa, também definida como unidade de decisão definitiva, é aquela que consiste na presença de indivíduos que possuem recursos e capacidade para tomar uma decisão que não pode ser revertida facilmente. Além disso, estes também devem ser dotados de poder para prevenir que outras entidades do governo desfaçam o posicionamento adotado sem que haja grandes custos (HERMANN E HERMANN, 1989). Nas palavras dos próprios autores:

Dentro [da estrutura política] há um conjunto de autoridades com a habilidade de comprometer recursos de uma sociedade e, em respeito a um problema particular, com a autoridade para tomar uma decisão que não pode ser prontamente revertida. Nós chamamos esse conjunto de autoridades de ‘unidade definitiva de decisão’ (HERMANN E HERMANN, 1989, p. 362, tradução livre, grifo nosso)¹⁴

Dessa forma, a partir dessa acepção, Hermann e Hermann (1989) afirmam que uma gama diversa de atores exerce a autoridade sobre a tomada de decisão em política externa nos mais variados Estados do globo. Estes atores, segundo os autores, são os primeiros-ministros, os presidentes, o gabinete, as coalizões, os grupos interagência e os parlamentos. Ademais, a

¹⁴ Within this structure is a set of authorities with the ability to commit the resources of the society and, with respect to a particular problem, the authority to make a decision that cannot be readily reversed. We call this set of authorities the "ultimate decision unit,".

unidade de decisão em política externa exercida por estes atores pode também mudar com o tempo e com os temas enfrentados pelos governos.

Neste sentido, os autores classificam em três tipos as unidades definitivas de decisão, sendo estas: (1) Líder Predominante, (2) Grupo Único e (3) Atores Múltiplos e Autônomos.

A unidade de decisão classificada como Líder Predominante é aquela em que um único sujeito tem o poder de decidir certo assunto em nome do governo. Para os autores, neste tipo de classificação se torna importante conhecer as características pessoais do indivíduo, pois os seus “[...] traços moldam suas inclinações iniciais e determinam se e como este irá levar em conta os conselhos de outros, reagir a informações externas e avaliar os riscos políticos associados às [suas] ações” (HERMANN; HERMANN, 1989. p. 365, tradução livre)¹⁵. Desse modo, é fundamental compreender a orientação na política externa do Líder Predominante, isto é, suas crenças e valores, seu modo de relacionar com os outros atores domésticos e também suas visões relacionadas ao papel do país no cenário internacional, pois seus atributos pessoais ganham relevância quando este tipo de unidade de decisão é prevalecente.

Segundo os autores, a grande variável responsável por determinar o comportamento da política externa de um governo quando a unidade de decisão se concentra no Líder Predominante é a sensibilidade contextual do indivíduo, isto é, este pode ser externamente influenciável ou independente e reservado às informações externas, ou seja, isto quer dizer que líderes que são externamente influenciáveis tendem a ser abertos a opiniões, pragmáticos e flexíveis. Por outro lado, aqueles independentes e reservados às informações de outrem, voltam-se para uma forte visão do mundo e também para a insensibilidade às informações e conselhos externos (HERMANN; HERMANN, 1989).

Em segundo lugar, há a unidade de decisão definitiva compreendida como Grupo Único, a qual um único indivíduo não consegue isoladamente definir um assunto de política externa de um governo. Baseado nas ideias dos autores, pode-se inferir que o Grupo Único é formado por indivíduos de um mesmo círculo, representantes de um mesmo corpo em que há deliberação e interação entre os membros no processo de formulação e tomada de decisão. Hermann e Hermann (1989) estabelecem que quando a unidade de decisão é estabelecida como um Grupo Único, torna-se fundamental determinar se o grupo é capaz de alcançar brevemente um

¹⁵ The leader's traits shape his initial inclinations and determine whether and how he will regard advice from others, react to information from the external environment, and assess the political risks associated with various actions.

consenso ou se este comporta persistentemente divergências entre os seus membros. Ainda para os autores, quando o consenso é celeremente definido no Grupo Único, este tende a ser pouco sensível a fatores e atores de fora, o que acontece quando o dissenso persevera entre os membros, tornando-os altamente permeáveis às influências externas.

O terceiro e último grupo apontado pelos autores consiste na unidade de decisão formada por Atores Múltiplos e Autônomos. Neste grupo há a presença de dois ou mais grupos distintos, independentes e incapazes de comprometer recursos do governo sem o consenso das outras partes participantes (HERMANN; HERMANN, 1989). Conforme estabelecido pelos autores, nessa unidade de decisão um ator pode impedir as ações do outro, como por exemplo, através do poder de veto ou da retenção de recursos.

Ademais, os Atores Múltiplos e Autônomos podem ter dois tipos de relação: de soma-zero ou de não-soma-zero. Para Hermann e Hermann (1989), a relação de soma-zero nesta unidade de decisão acontece quando um ou mais atores negam a legitimidade das outras entidades presentes e não admitem limites em suas práticas. Por outro lado, quando os atores aceitam a legitimidade dos outros presentes nesta unidade, a relação entre estes tende a ser de não-soma-zero.

2.3 O relacionamento entre Executivo e seu grupo consultivo e a apresentação de uma nova tipologia para a APE

Após esta tentativa em realizar uma adequada exposição sobre as unidades de decisão em política externa, esta seção busca levantar conceitos construídos na APE que focam no relacionamento desenvolvido pelo líder do Executivo com o seu grupo consultivo, pois é fundamental para essa pesquisa entender o padrão de relacionamento entre o gabinete e John G. Diefenbaker durante a questão nuclear canadense.

A partir do trabalho de Margaret G. Hermann e Thomas Preston de 1994, intitulado “*Presidents, Advisers and Foreign Policy: The Effect of Leadership Style on Executive Arrangements*” é possível identificar uma tipologia que aborda duas dimensões responsáveis por definir as formas de interação entre o líder e seus conselheiros, sendo estas (1) o controle sobre o grupo consultivo, que pode ser formal ou informal, e (2) o foco do líder na coordenação da atividade de seus membros, que pode ser direcionado ao processo decisório ou diretamente voltado para a resolução de um problema em política externa. Dessa forma, ao entrelaçar as

duas dimensões mencionadas, Hermann e Preston (1994) propõem quatro padrões de relacionamento entre o Chefe do Executivo e o seu grupo consultivo, que nessa pesquisa é caracterizado como o gabinete do primeiro-ministro. Isto posto, os quatro tipos são: (1) Controle Formal com Foco no Processo, (2) Controle Formal com Foco no Problema, (3) Controle Informal com Foco no Processo e (4) Controle Informal com Foco no Problema¹⁶.

Cabe ressaltar que Preston e Hermann não tratam os modelos propostos de forma determinista, ou seja, os autores afirmam que o Chefe do Executivo pode oscilar de um modelo para outro, dependendo da situação e do contexto enfrentado pelo mesmo. Ademais, os autores também enfatizam que líderes podem mudar a natureza de sua unidade de decisão a partir da mudança de problemas ou tópicos em sua política externa.

Conjuntamente à descrição dos padrões de relacionamento que virá a seguir, será introduzida a tipologia proposta na presente pesquisa, a qual busca entrelaçar as categorizações de Hermann e Hermann (1989) sobre a unidade de decisão definitiva com as de Hermann e Preston (1994) que tratam do relacionamento entre Executivo e grupo consultivo. Isto posto, após a proposta de integração das categorizações desses dois trabalhos, o último capítulo da monografia buscará enquadrar o caso canadense aqui tratado nessa nova tipologia.

Isto posto, introduz-se a nova categorização, ou seja, as unidades definitivas de decisão esperadas para cada um dos quatro padrões de relacionamento entre Executivo e grupo consultivo:

¹⁶ Cabe ressaltar que o trabalho de Hermann e Preston é direcionado para o regime presidencialista. Entretanto, as contribuições destes autores podem ser aplicadas também ao regime parlamentarista, o qual é objeto de estudo da presente pesquisa, pois em ambas formas de governo o Executivo exerce grande influência sobre o processo decisório em política externa. Isto posto, vale à pena destacar a afirmação dos autores sobre como os traços pessoais do indivíduo podem moldar a organização de um grupo consultivo: “As características do presidente podem influenciar as características dos conselheiros e a forma como a organização enfrenta as questões de política externa. Em efeito, as características do presidente ajudam a moldar o seu relacionamento com o grupo consultivo e também o relacionamento entre os membros deste mesmo grupo”. (HERMANN E PRESTON, 1994, p. 76, tradução livre)

Tabela 1: Unidade de Decisão Definitiva esperada para cada padrão de relacionamento entre o Executivo e seu grupo consultivo.

		CONTROLE	
		<i>FORMAL</i>	<i>INFORMAL</i>
FOCO	<i>PROBLEMA</i>	<u>Líder Predominante</u> Externamente influenciável	<u>Grupo Único</u> Fechado
	<i>PROCESSO</i>	<u>Líder Predominante</u> Fechado	<u>Grupo Único</u> Externamente influenciável

2.3.1 Os padrões (i) Formal com Foco no Processo e (ii) Formal com Foco no Problema

Para dar início à discussão dos quatro padrões mencionados e suas unidades de decisão definitivas esperadas, começar-se-á pela descrição dos modelos que caracterizam o relacionamento do líder com o seu grupo como sendo formal. Como visto acima, este pode ser então formal com foco no processo ou formal foco no problema.

Desse modo, Hermann e Preston (1994) retratam o Controle Formal com Foco no Processo a partir de uma ótica em que o líder desenvolve um padrão formal de autoridade junto a seu grupo consultivo, focando principalmente no desenvolvimento de um processo decisório ordeiro com procedimentos regrados e bem definidos, que garantam as decisões mais importantes ao presidente ou primeiro-ministro.

Neste modelo, o chefe do Executivo possui um forte interesse em promover a concordância entre os membros, apresentando baixa tolerância ao dissenso intra-grupo, e dessa forma, busca trazer para dentro de seu círculo indivíduos leais e altamente influenciáveis por este, que estejam pré-dispostos a trabalhar da maneira que o convém e que possuam interesse em agradá-lo. Com base nessa descrição, os autores afirmam que os dirigentes desse padrão de relacionamento usam os demais membros como um canal de disseminação de suas próprias ideias. Ademais, Hermann e Preston (1994) também estabelecem que os problemas e opções de ação em política externa neste padrão são definidos através de uma cadeia de comando vertical e hierarquizada, a qual garante que as preferências do líder prevaleçam.

Além disso, cabe ressaltar que no presente modelo a prioridade do chefe do Executivo é inclinada à obtenção de poder, status, aprovação e suporte, ao invés de se voltar para a resolução de fato dos desafios encontrados em política externa durante a sua gestão.

A partir da descrição feita pelos autores, é pertinente sustentar que neste padrão de relacionamento a ação do líder se conserva sobre suas próprias crenças, tornando-o insulado a qualquer grande influência de seu grupo consultivo, o qual é utilizado apenas como ferramenta para implementação de políticas no processo decisório. Desse modo, presume-se que neste tipo de padrão de relacionamento, *a unidade de decisão definitiva pode ser estabelecida como Líder Predominante fechado às influências externas*, dado que o líder resguarda as decisões mais importantes para si próprio ao desenvolver um padrão formal de autoridade junto ao seu grupo consultivo, adotando um processo decisório ordeiro e com procedimentos bem definidos. Além do mais, este apresenta baixa tolerância ao dissenso e traz para o seu círculo indivíduos muito mais influenciáveis do que influentes, tornando-os, como visto, apenas um canal de disseminação das ideias do Chefe do Executivo.

A partir desta estrutura engessada é possível inferir que estes não são externamente influenciáveis, pois por serem pouco flexíveis e parcamente pragmáticos, os primeiros-ministros e presidentes nesta categoria tendem a ser insulados a qualquer grande influência de seu grupo consultivo e, portanto, são propensos a agir de acordo com suas próprias crenças. Dessa forma, segundo as interpretações de Hermann e Hermann (1989), estes podem desenvolver um comportamento mais agressivo em sua política externa do que àqueles abertos às interferências externa.

Em contrapartida, há o Controle Formal com Foco no Problema. Neste padrão de relacionamento se preserva também um conjunto formal de regras e procedimentos no processo decisório. Entretanto, o objetivo principal dos líderes nesta categoria se volta para o alcance de um propósito concreto na política externa, seja para a resolução de um problema específico ou para o engajamento do país em determinado assunto concernente ao plano internacional, diferenciando-se assim, daqueles que focam no processo decisório para obtenção de status ou poder.

Nesse modelo, como afirmam os autores, os líderes ainda desejam que suas preferências prevaleçam, que os integrantes de seu círculo compartilhem de suas preocupações e ideologias e que as informações fluam em uma cadeia formal de comando. Contudo, este padrão se diferencia daquele com foco no processo, pois há tolerância ao dissenso e os membros do grupo

consultivo são vistos como facilitadores para que um fim específico seja alcançado, tornando a implementação de decisões produto de uma visão compartilhada entre os membros do grupo.

A partir dessas informações, *espera-se que neste tipo de padrão de relacionamento a unidade de decisão definitiva em política externa seja o líder predominante externamente influenciável*, pois como mencionado por Preston e Hermann (1994), nesta categoria ainda impera um conjunto formal de regras e procedimentos no processo decisório que garantem que as preferências do líder prevaleçam. A predominância do líder também é evidenciada no fato de apesar dos outros membros do grupo serem vistos como facilitadores para a resolução de determinado problema, estes não definem qual política será tomada, mas apenas como a mesma será implementada (HERMANN; PRESTON, 1994). Portanto, espera-se que a unidade de decisão definitiva nesse padrão de relacionamento ainda se concentre em um único indivíduo, isto é, o líder predominante, que terá a habilidade de comprometer recursos e também a autoridade para tomar uma decisão que não possa ser prontamente revertida. Por outro lado, argumenta-se que apesar do líder ser predominante no processo decisório, este será também externamente influenciável, pois mesmo que de forma coadjuvante, a participação dos outros membros do grupo é levada em conta pelo chefe do Executivo, uma vez que estes atuam conjuntamente no processo de implementação de políticas definidas pelo presidente/primeiro-ministro, havendo, inclusive, tolerância às possíveis discordâncias no grupo consultivo durante o decurso do processo decisório. Além disso, ao orientar suas ações para a resolução de questões concretas em política externa, é possível que o líder seja mais pragmático, aberto a opiniões e flexível, sendo estas características presentes na tipologia de Hermann e Hermann (1989) que caracterizam o líder predominante como sendo externamente influenciável.

2.3.2 Os padrões (iii) Informal com Foco no Processo e (iv) Informal com Foco no Problema

Em relação ao controle informal do líder sobre o seu grupo consultivo, este pode ser focado também no processo decisório ou na resolução de um problema. Deste modo, resta apresentar as outras duas categorias propostas por Hermann e Preston (1994), ou seja, Controle Informal com Foco no Processo e Controle Informal com Foco no Problema.

A categoria definida como Controle Informal com Foco no Processo se refere ao modelo de relacionamento que possui um padrão de autoridade informal e pouco bem-definido entre o líder e seu grupo consultivo. Dessa forma, os membros deste círculo são vistos como um

verdadeiro time e como importantes peças-chaves no processo decisório, onde há uma responsabilidade compartilhada entre os indivíduos na tomada de uma decisão.

Isto posto, a preocupação central do líder neste modelo é o de construir consenso entre os envolvidos, tornando seu grupo coeso e garantindo que todos participem e dividam suas preocupações na formulação de uma política externa no seu governo. Para Hermann e Preston (1994) o líder exerce sua autoridade de um modo cooperativo e não confrontacional, buscando atender sua necessidade de afiliação e aprovação. A partir da descrição feita pelos autores é passível afirmar que neste modelo não há imposição do chefe do Executivo sobre os demais indivíduos, pois a busca pelo consenso e o compartilhamento de responsabilidade sobre o processo decisório são constantes. É pertinente também sustentar que neste padrão de relacionamento a possibilidade de congelamento no processo decisório é maior, pois o dirigente garante a participação ampla dos membros de seu círculo, produzindo certa heterogeneidade de pensamento, e além disso, o líder não exerce sua autoridade para impor suas preferências como nos outros modelos descritos acima, potencializando assim, a manutenção da discordância entre os membros do grupo.

Desse modo, *espera-se que o padrão de relacionamento definido como Controle Informal com Foco no Processo conduza a unidade de decisão definitiva para o Grupo Único aberto às influências externas*, pois, como visto, neste modelo o líder exerce um padrão de autoridade informal e pouco bem-definido, ao mesmo tempo em que os membros do grupo são vistos como importantes peças-chaves no processo decisório. Dessa forma, é pertinente afirmar que a unidade de decisão se resguarda no grupo como um todo, onde o líder busca construir consenso entre os envolvidos, tornando-o coeso e garantindo que todos participem e dividam suas preocupações na formulação de uma política externa. Deste modo, argumenta-se que o que prevalece é a decisão conjunta dos atores do grupo consultivo, podendo-se assim, caracterizá-lo como uma unidade de decisão de Grupo Único.

Ademais, levanta-se a hipótese de que este grupo único pode se tornar suscetível às influências externas, pois ao focar-se no processo decisório em busca de sobrevivência política, o líder busca garantir a ampla participação dos membros de seu círculo, tolerando amplamente o dissenso e a heterogeneidade de ideias, tornando o grupo propenso à uma discordância permanente, e conseqüentemente, ao congelamento do processo decisório, o que segundo Hermann e Hermann (1989), o faz ser aberto às influências externas, uma vez que este se torna incapaz de resolver rapidamente uma questão em política externa.

Por último, há o modelo descrito como Controle Informal com Foco no Problema. Nesta categoria Hermann e Preston (1994) afirmam que líderes também possuem preferência por trabalhar em um ambiente informal, mas focados na realização de uma tarefa específica. Dessa forma, estes chefes do Executivo buscam ser o centro da rede de comunicação, dando grande valor às informações e utilizando os membros de seu grupo para reuni-las e organiza-las com o intuito de conquistar oportunidades e resolver problemas em sua política externa. Segundo os autores (HERMANN; PRESTON, 1994), é muito comum que estes líderes procurem múltiplos canais de comunicação, incluindo no seu processo decisório particulares e membros da burocracia que possam contribuir em uma situação particular. A tolerância ao dissenso é limitada, só existindo em casos em que este for direcionado para geração de diferentes perspectivas no modo de solucionar uma determinada questão no processo decisório.

Pode-se afirmar então, que o processo de formulação e tomada de decisão não reflete as preferências do líder, mas sim do grupo como um todo, pois neste há a busca pela ampla participação dos seus membros para a coleta de informações e para perseguição de uma política a ser adotada, garantindo assim, a horizontalização do processo decisório.

A partir das descrições acima, *espera-se que a unidade de decisão definitiva em política externa seja caracterizada como Grupo Único e fechado às influências externas*, pois como mencionado, os líderes deste modelo preferem trabalhar em um ambiente informal, onde os membros de seu grupo empenhem-se na coleta e organização de informações para definir uma ação que será adotada diante um problema em política externa. A partir deste quadro, conclui-se que diante deste modelo, a capacidade de influência e ação dos indivíduos pertencentes ao círculo do líder seja significativa, pois estes além de alimentarem o processo decisório com informações, agem em conjunto com o líder na formulação de uma política que visa solucionar uma determinada questão. Entretanto, apesar de este padrão de relacionamento garantir maior relevância para o grupo consultivo, a tolerância ao dissenso é limitada, existindo apenas em circunstâncias em que esta for útil para geração de diferentes perspectivas e formas de resolução de um problema (HERMANN; PRESTON, 1994).

Dessa forma, acredita-se que neste modelo as chances de consenso entre os membros são consideráveis, pois aqui o líder é movido pela resolução concreta de um problema, limitando a tolerância ao dissenso, o que restringe as chances de congelamento do processo decisório. Ademais, a grande importância dada à obtenção de informações também aumenta a capacidade de atuação do grupo, pois esta permite a ampliação das opções de ação para um determinado problema. Segundo Hermann e Hermann (1989), grupos que conseguem chegar

mais facilmente a um consenso tendem a ser fechados às influências externas, garantindo a adoção de políticas mais firmes e podendo desenvolver um comportamento mais agressivo na política externa.

Uma vez apresentadas as unidades de decisão esperadas para cada padrão de relacionamento entre Executivo e grupo consultivo, cabe agora realizar algumas considerações finais sobre a tipologia proposta para que no terceiro capítulo esta seja aplicada ao caso das ogivas nucleares no governo de Diefenbaker. Dessa forma, ressalta-se que não é intenção dessa pesquisa afirmar deterministicamente que o padrão de relacionamento entre Executivo e grupo consultivo definirá de forma rígida uma unidade de decisão definitiva. Isto posto, não custa afirmar que esta tipologia não pretende substituir em hipótese alguma a metodologia de Hermann e Hermann (1989) para definição da unidade de decisão em política externa, mas sim argumentar que a forma como o líder lida com o seu grupo pode sugerir o estabelecimento de uma unidade de decisão caracterizada como Líder Predominante ou Grupo Único.

Ademais, cabe ressaltar que os comportamentos descritos (externamente influenciável ou fechado) para cada unidade de decisão exposta acima podem variar, uma vez que o processo decisório está sujeito a interferência de diferentes variáveis, como por exemplo, a conjuntura política do período e o tema sobre a mesa de negociações. Desse modo, assume-se que estes comportamentos não são axiomáticos, mas apenas são esperados que aconteçam em determinado padrão de relacionamento entre o líder e seu grupo.

Uma vez já realizada a exposição da tipologia que será utilizada no próximo capítulo, e feita a apresentação dos conceitos sobre unidade de decisão e relacionamento entre Executivo e grupo consultivo, a última seção busca discorrer sobre os traços pessoais dos primeiros-ministros que podem influenciar sobre o processo decisório em política externa, inclusive em relação à forma com a qual o líder se relaciona com o seu grupo. A partir do conteúdo exposto a seguir, poder-se-á identificar as características presentes no estilo de liderança de John G. Diefenbaker e como estas agiram sobre o seu gabinete e seu processo de formulação e tomada de decisão em política externa como um todo.

2.4 Conceitos da Análise de Política Externa: Características pessoais dos primeiros-ministros

A partir das afirmações feitas acima, cabe agora discutir brevemente sobre os traços pessoais de primeiros-ministros, pois como argumentado por Hermann e Preston (1994), o

estilo de liderança do chefe do executivo é responsável pela forma como este se relacionará com o seu grupo consultivo. Para esta tarefa, utilizar-se-ão os conceitos desenvolvidos por Juliet Kaarbo e Margaret G. Hermann no artigo *“Leadership Styles of Prime Ministers: How Individual Differences Affect The Foreign Policymaking Process”* de 1998.

O estilo de liderança do Executivo, isto é, do presidente ou primeiro-ministro, segundo Hermann e Kaarbo (1998), é definido através dos princípios usados por este na condução de suas políticas, na forma com a qual este se relaciona com os outros à sua volta, e também na forma com a qual este estabelece regras, normas e interações dentro de seu governo.

As autoras também sustentam que, apesar dos constrangimentos estruturais, as características pessoais dos líderes têm um grande potencial em moldar o processo de formulação e tomada de decisão em política externa. Como por exemplo, nos casos onde determinado problema pode ter um grande impacto sobre seu governo, afetando sua legitimidade e poder, onde certa questão internacional desemboca em uma crise para o seu regime, em ocasiões que exigem protocolos de alto nível, como também em casos em que a situação a ser enfrentada é ambígua e complexa (HERMANN; KAARBO, 1998).

Dessa forma, Margaret Hermann e Juliet Kaarbo (1998) apresentam cinco variáveis intrínsecas ao estilo de liderança dos primeiros-ministros que podem moldar o processo de formulação e tomada de decisão em política externa, estas são: (1) grau de envolvimento, (2) foco no envolvimento, (3) gestão da informação, (4) gestão de conflito e (5) gestão do locus da decisão.

O grau de envolvimento é determinado pelo nível de importância que o primeiro-ministro dá a uma situação ou a um problema. Dessa forma, a probabilidade de o estilo de liderança do Executivo afetar o processo decisório depende da relevância de um determinado assunto para o mesmo. Quanto mais significativo é um determinado tema para o primeiro-ministro, maior será a probabilidade de este desejar se envolver e tomar controle sobre o processo de formulação e tomada de decisão em política externa (HERMANN; KAARBO, 1998).

Ao se envolver no processo decisório, o foco no envolvimento do primeiro-ministro pode ser em duas questões diferentes, ou seja, este pode ser dirigido pela vontade em alcançar objetivos ou pela necessidade de sobrevivência do seu corpo político. Quando o líder foca na conquista de objetivos, este está interessado em lidar de maneira efetiva com os problemas, dando grande valor às habilidades e capacidades dos outros à sua volta para a resolução da

questão. Por outro lado, àqueles que focam na sobrevivência de seu corpo político, buscam promover o consenso entre os membros de seu grupo consultivo, objetivando reforçar a interdependência e a lealdade entre os seus membros (HERMANN E KAARBO, 1998). Dessa forma, como argumentam as autoras, o foco que está por trás do envolvimento do primeiro-ministro em uma questão pode afetar a natureza do processo decisório em política externa.

Em relação à gestão da informação, os primeiros-ministros podem escolher investigar os fatos de um determinado problema e tecer suas próprias interpretações ou desejar que resumos e opções de ação de outrem sejam apresentadas a este. Ademais, estes podem usar sua própria equipe para investigar um assunto de maneira independente ou podem se contentar apenas com as informações fornecidas pelos seus próprios ministros (HERMANN E KAARBO, 1998). Dessa forma, o que é relevante nesta variável é saber a origem das fontes de informação das quais o líder utiliza, e se o primeiro-ministro costuma tecer suas próprias interpretações sobre determinada questão ou delega essa atividade a outros atores.

Quanto à gestão de conflito, Hermann e Kaarbo (1998) identificam que alguns líderes são mais incisivos nas suas crenças e impõem seus próprios posicionamentos em momentos de dissenso em seu governo. Por outro lado, há aqueles que buscam agir como árbitros e procuram estabelecer consenso entre seus membros. Segundo as autoras, a forma com que os primeiros-ministros lidam com o conflito é relevante, pois esta determina a quantidade de tempo que será levado para que uma tomada de decisão seja feita. Além disso, a forma de gerir conflitos também pode determinar se a decisão foi alcançada através de um consenso entre as partes discordantes, ou se esta representa a preferência de determinados indivíduos no governo.

Por último, a gestão do locus de decisão representa quem o primeiro-ministro insere no processo decisório em política externa. Como argumentado por Hermann e Kaarbo (1998), o líder pode dar preferência ao envolvimento de subgrupos ou unidades particulares na tomada de decisão ou pode estabelecer que todos os membros de seu gabinete participem na formulação das políticas que serão adotadas. Para as autoras, o comportamento nessa questão irá depender dos objetivos do líder, ou seja, este pode buscar a promoção de um consenso entre os diferentes grupos e partidos coalizados em seu governo, ou pode delegar o poder decisório apenas para seu próprio partido e grupos com interesse em comum. Essa variável sugere quais indivíduos terão influência sobre o líder, e também, quanto apoio este procura ter nas suas escolhas sobre o processo decisório em política externa (HERMANN E KAARBO, 1998).

Dessa forma, sugere-se nessa pesquisa que é pertinente analisar os cinco traços pessoais dos primeiros-ministros descritos acima, uma vez que estes atuam sobre o padrão de relacionamento que o líder adotará com o seu grupo consultivo, podendo determiná-lo em um dos quatro tipos sugeridos no trabalho de Preston e Hermann (1994). Portanto, afirma-se que estas cinco variáveis em conjunto podem demonstrar a tolerância do Executivo ao dissenso, suas motivações no processo decisório, seu modo de administrar as informações e exercer sua autoridade, ou seja, peças-chaves na organização e funcionamento de um grupo.

Visto que os esclarecimentos sobre a tipologia proposta já foram realizados, o próximo capítulo busca finalmente responder à pergunta dessa pesquisa e descrever o estilo de liderança desenvolvido por Diefenbaker durante a questão nuclear no país.

2.5 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo buscou-se apresentar primeiramente a área de estudo da Análise de Política Externa, destacando seus objetos de investigações, sua linha de pesquisa e seus trabalhos considerados relevantes. Ademais, buscou-se apresentar, a partir da discussão dos conceitos e categorias presentes nos trabalhos de Hermann e Hermann (1989) e Hermann e Preston (1994), uma tipologia que busca identificar a presença de determinada unidade de decisão definitiva a partir do padrão de relacionamento desenvolvido entre o líder do Executivo e seu grupo consultivo.

Por último, discutiu-se variáveis presentes nas características pessoais dos primeiros-ministros capazes de moldar a forma com que este dirige sua política externa e se relaciona com os indivíduos ao seu redor.

3 EXAMINANDO O CASO DE DIEFENBAKER

O último capítulo desta monografia busca examinar se o processo de formulação e tomada de decisão em política externa para o estabelecimento de armas nucleares no Canadá foi influenciado pelas dinâmicas que ocorreram entre o estilo de liderança do primeiro-ministro e o seu grupo consultivo.

Para concretização do objetivo aqui propostos, o capítulo será dividido em três seções. A primeira seção busca coletar, através da bibliografia levantada, os elementos que possam descrever os traços pessoais de primeiro-ministro, para que, na segunda seção seja respondida a pergunta de pesquisa, isto é, “*O que levou ao congelamento das negociações canadenses para o estabelecimento de armas nucleares estadunidenses em seu território durante a gestão de John Diefenbaker?* ” e seja também aplicado o presente estudo à tipologia demonstrada no capítulo dois. Após esta tarefa, a última seção procura tecer conclusões dos resultados obtidos na pesquisa para que assim o trabalho seja conduzido para suas considerações finais.

3.1 A liderança de Diefenbaker

A partir do estudo da bibliografia, que trata direta ou indiretamente a crise política gerada pela questão nuclear canadense na gestão de John G. Diefenbaker, é possível afirmar que há um consenso na literatura sobre a responsabilidade do estilo de liderança do primeiro-ministro nos desdobramentos políticos do caso. As características do líder são apontadas como importantes influências no congelamento das negociações para aquisição de ogivas, seguido pela recusa completa ao acordo previamente firmado com os Estados Unidos da América sob a administração de John Kennedy em 1963, a qual levou posteriormente à queda do partido conservador progressista no governo canadense no mesmo ano. Dessa forma, cabe aqui apresentar as afirmações de alguns autores sobre o evento.

Segundo Peter C. Newman (1963, p. 333), o esfacelamento do governo de Diefenbaker se deu em razão da inabilidade do premiê em direcionar as forças da mudança a seu favor em tempo de prevenir a desintegração de sua autoridade. Já para Erika Simpson (2001, p. 125), o primeiro-ministro esteve, ao lado de seus ministros, no centro do processo de tomada de decisão, dando a ele grande oportunidade em agir de acordo com seus medos e preferências, garantindo assim que suas atitudes, preocupações e crenças afetassem os resultados do processo

decisório em relação às ogivas nucleares. Ainda apontando o líder como grande agente propulsor dos desdobramentos ocorridos na questão nuclear canadense, Matthew Trudgen (2009) afirma que a indecisão do Primeiro Ministro no gabinete foi a responsável por acirrar os ânimos entre Ottawa e Washington devido à demora no avanço das negociações das ogivas nucleares. Por outro lado, Jason Zorbas (2010) e Granatstein (2011) indicam que a política externa desenvolvida pelo Canadá durante a gestão de Diefenbaker esteve em consonância com as suas crenças nacionalistas e anti-americanistas. Dessa forma, a literatura que trata do caso sugere, de uma forma ou de outra, a grande importância do papel do líder no processo decisório, seja através de suas crenças ou da sua maneira em lidar com o seu gabinete.

Destarte, uma vez observado na literatura a relevante atenção dada ao papel do primeiro-ministro no caso, cabe agora analisar ordenadamente os seus traços pessoais a partir das cinco variáveis trazidas por Hermann e Kaarbo (1994), sendo estas, (1) grau de envolvimento, (2) foco no envolvimento, (3) gestão da informação, (4) gestão de conflito e (5) gestão do locus da decisão.

Postula-se de prontidão que através dessas cinco variáveis, esta pesquisa chega ao entendimento de que Diefenbaker, através do seu estilo de liderança, desenvolveu um relacionamento com o seu gabinete caracterizado como Controle Informal com Foco no Processo e, dessa forma, possibilitou que a unidade de decisão definitiva em política externa se caracterizasse como grupo único em seu governo. Desse modo, bucar-se-á sustentar a presente afirmação no decorrer deste capítulo

3.1.1 Características pessoais de Diefenbaker: grau de envolvimento

Em relação ao grau de envolvimento do primeiro-ministro em política externa, é possível afirmar, a partir da literatura sobre o caso, que John G. Diefenbaker possuía grande apreço pelos assuntos internacionais, inclusive pela questão nuclear canadense que aqui é tratada. Como chefe de Estado, o premiê facejou a administração Kennedy em relevantes matérias de política externa, como por exemplo, a exportação comercial de trigo para China, que sofreu reprimenda de Washington devido ao combustível usado no transporte do produto ser originário de uma empresa estadunidense; e a participação inglesa na Comunidade Econômica Europeia, a qual Diefenbaker se posicionou contra, por temer a perda de influência

econômica junto à Inglaterra, importante membro da Commonwealth britânica (MCKERCHER, 2013).

Ademais, durante os desdobramentos da crise dos mísseis cubana em 1962, o premiê buscou ser atuante junto ao seu gabinete para buscar uma resposta ao evento. Este apresentou aos seus ministros suas próprias interpretações sobre o incidente caribenho, alegando que o país não deveria seguir de prontidão as recomendações estadunidenses, mas sim através de seus próprios termos. Desse modo, o chefe de Estado, além de ter desaprovado o fato de ser informado por Washington apenas momentos antes do fato ser difundido por Kennedy à sociedade civil (NEWMAN, 1963), cria que a turbulência decorrida em Cuba era fruto do comportamento agressivo da administração Kennedy na Casa Branca, uma vez que esta adotou uma atitude confrontacional com o Kremlin soviético durante o ocorrido, e ao mesmo tempo foi o responsável por desencadear a Crise dos Mísseis após a invasão à Baía dos Porcos em 1961 (ZORBAS, 2009). Isto posto, o premiê demorou quarenta e oito horas para atender ao pedido de Washington para que as forças armadas canadenses se colocassem em estado de alerta, alegando neste meio tempo que o caso cubano deveria ser averiguado por oito membros pertencentes ao Movimento dos Países Não Alinhados antes que qualquer ação severa fosse tomada.

Quanto à negociação entre Canadá e Estados Unidos da América para a aquisição de armas nucleares¹⁷, John G. Diefenbaker também revelou grande interesse no caso. Desse modo, apesar do premiê reconhecer a necessidade do país em se nuclearizar diante dos desdobramentos da Guerra Fria, este buscou garantir a autonomia do país frente ao seu vizinho, propondo traçar propostas alternativas para a obtenção das ogivas ianques. Desse modo, este fez sugestões para que o material bélico apenas fosse transportado ao território canadense em situações que pudessem prenunciar a erupção de uma crise nuclear entre os dois grandes blocos vigentes na conjuntura mundial do período (NEWMAN, 1963). Ainda sobre este assunto, Simpson (2001) também relata a tentativa do premiê em barganhar com os Estados Unidos para uma administração conjunta do material nuclear que seria adquirido, o qual argumentava para o seu gabinete que era um direito da soberania canadense compartilhar com Washington a gestão conjunta das ogivas nucleares. Isto posto, é possível afirmar que John G. Diefenbaker possuiu durante a sua administração um considerável grau de envolvimento nos assuntos externos de seu governo. Apesar de não impor ao seu gabinete seus posicionamentos, o premiê

¹⁷ Para detalhes factuais mais precisos, vide o primeiro capítulo da monografia.

buscou ser assertivo sobre as suas ideias, possuindo uma participação ativa na formulação da política externa de Ottawa, a qual foi responsável pelo acirramento dos ânimos entre o primeiro-ministro e o presidente Kennedy.

3.1.2 Características pessoais de Diefenbaker: foco no envolvimento

Em referência ao foco no envolvimento do primeiro-ministro, pode-se afirmar que John Diefenbaker se orientava pela sobrevivência de seu corpo político, e dessa forma, buscou promover o consenso em seu gabinete e reforçar a interdependência entre os seus membros. Nesta perspectiva, cabe parafrasear John F. Hilliker (1984, p. 165, tradução livre)¹⁸, o qual afirma que a questão nuclear canadense passou a ser um assunto de forte preocupação para o primeiro-ministro em virtude de suas possíveis implicações políticas e dessa forma:

[...] a grande causa da dificuldade [do premiê em lidar com o tema] era a divisão no gabinete. Se um ou outro dos ministros fossem tão ofendidos pelo posicionamento de Diefenbaker [...], a posição do governo obviamente poderia se tornar precária, especialmente após este ter se tornado minoritário nas eleições de 1962.

As prioridades do primeiro-ministro em sua política também são exploradas na obra de Arthur Slade (2001, p. 87), o qual afirma que o motivo da indecisão de Diefenbaker em aceitar ou não as armas nucleares estadunidenses estava diretamente ligado às questões de sobrevivência do seu governo, pois o primeiro-ministro temia muito mais uma crise política do que uma crise nuclear. Dessa forma, é evidente que a prioridade do premiê era a sua conservação política, e não propriamente a resolução da questão nuclear no país.

Ademais, até o momento em que a questão nuclear no país estava dormente perante a sociedade civil, Diefenbaker buscou evitar qualquer declaração expressa sobre o seu posicionamento sobre o caso, e, ao mesmo tempo, orientou que a delegação canadense não avançasse nas negociações com os Estados Unidos, ainda que esta fosse sob os termos preferidos pelo líder, que clamava pelo controle conjunto das ogivas (NEWMAN, 1963).

Após o término da crise dos mísseis cubanos, Newman (1963) também afirma que o debate sobre a aquisição das ogivas estadunidenses passou a ser inflamado pela sociedade civil,

¹⁸ [...] the greatest cause of difficulty was the division in cabinet. If one or other of the lead ministers were so offended by Diefenbaker's position [...], the government's position obviously could become precarious, especially after it was reduced to a minority in the election of 1962.

aguçando a hesitação do líder em tomar decisões. Isto posto, temendo as consequências que seu parecer sobre o caso poderia trazer, Diefenbaker buscou agir como se a população civil, e não o seu governo, fosse incumbida de decidir os rumos da política de defesa do país, abdicando-se assim, de sua responsabilidade no caso. A preocupação do premiê com a sua sobrevivência política não foi refletida apenas na questão nuclear. Após as eleições de 1962, que tornaram o governo conservador um partido minoritário na Casa dos Comuns, o premiê tornou-se “alérgico” a qualquer processo decisório, e assim, buscou anestesiar o parlamento canadense, propondo e colocando em debate apenas legislações não-controversas entre os membros políticos (NEWMAN, 1963).

É interessante também notar as afirmações de Erika Simpson (2001), a qual ressalta que John Diefenbaker, após notar a presença de um forte dissenso em seu gabinete, passou a buscar uma reconciliação entre os membros, sugerindo políticas baseadas no atraso e na prevaricação em relação à negociação dos armamentos nucleares.

A partir dos argumentos discorridos acima, pode-se interpretar que o foco no envolvimento do primeiro-ministro em sua política externa foi direcionado pela apoio e sobrevivência política. Desse modo, ainda que o primeiro-ministro possuísse suas próprias demandas e posicionamentos em relação às ogivas nucleares, este priorizou as questões relacionadas ao processo decisório, e não à resolução concreta do problema que o caso lançou ao país.

3.1.3 Características pessoais de Diefenbaker: gestão da informação

Em relação à gestão da informação, ao mesmo tempo em que o primeiro-ministro tinha recursos próprios a sua disposição para guiar os seus posicionamentos, isto é, através de uma rede de conselheiros informais pelo país (HILLIKER, 1984), John Diefenbaker não restringiu o acesso à informação a seu gabinete. Isto posto, afirma-se que o acesso a dados e informes sobre a política externa foi horizontalizado, especialmente em relação à questão nuclear no país, permitindo assim, que o gabinete compartilhasse as informações obtidas com o premiê.

Um exemplo do amplo acesso à informação que dispunha o gabinete foi durante o episódio da crise dos mísseis cubana. Dessa forma, durante a visita do ex-embaixador dos Estados Unidos à Ottawa, que foi o responsável por noticiar o primeiro-ministro sobre os incidentes em Cuba, Douglas Harkness e Howard Green também gozaram de um contato direto

com o representante norte-americano. Parafraseando Newman (1963, p. 335-336, tradução livre)¹⁹:

Logo após as duas horas da tarde do dia 22 de outubro, Ivan White, o charge d'affaires na embaixada dos Estados Unidos em Ottawa, telefonou para o escritório do primeiro-ministro solicitando um encontro para Livingston Merchant, antigo embaixador dos Estados Unidos no Canadá, o qual estaria chegando naquela tarde de Washington portando um mensagem urgente e pessoal do presidente. O avião de Merchant pousou no Aeroporto Uplands às 3:45 da tarde, e White dirigiu com o enviado diretamente para o East Block. Lá ele encontrou Diefenbaker e posteriormente Douglas Harkness e Howard Green. [...] Merchant disse aos ministros canadenses [que Kennedy] iria acusar a União Soviética de [realizar] uma ameaça 'clandestina, provocativa e descuidada' para a paz mundial, e também iria demandar a imposição de uma quarentena naval sobre as próximas embarcações e equipamentos militares enviados à Cuba.

Ademais, durante as tratativas com os Estados Unidos para a aquisição de equipamentos nucleares, o primeiro-ministro também garantiu participação e acesso à informação para o seu gabinete. Em *'Nato and the Bomb: Canadian Defenders Confront Critics'*, Erika Simpson (2001) traz exemplos de como o gabinete sempre esteve inserido nas negociações e ciente dos termos em que estas eram tratadas. Portanto, durante os acordos para aquisição dos mísseis Bomarc, Lacrosse e Honest John e dos interceptores aéreos CF-101 e CF-104, o premiê levou até sua equipe de ministros os pormenores da negociação, permitindo que estes colocassem sobre à mesa seus respectivos posicionamentos e sugestões, como por exemplo, questões relacionadas à quantidade, preço e eficiência dos materiais bélicos norte-americanos que seriam adquiridos por Ottawa.

Dessa forma, o modo do premiê em gerir as informações em seu gabinete garantiu que os seus ministros tivessem pleno acesso a estas. Desse modo, não houve uma tentativa de Diefenbaker de controlar ou verticalizar questões relacionadas à sua política externa, garantindo ao seu grupo maior participação no processo decisório.

¹⁹ Shortly after two o'clock on the afternoon of October 22, Ivan White, the charge d'affaires at the United States Embassy in Ottawa, telephoned the Prime Minister's office requesting an appointment for Livingston Merchant, the former United States Ambassador to Canada, who would be arriving that afternoon from Washington bearing an urgent personal message from the President. Merchant's aircraft set down at Uplands Airport at 3:45 p.m., and White drove with the envoy directly to the East Block. There he met Diefenbaker and later Douglas Harkness and Howard Green. During the next hour and a half, Merchant outlined the stand that the American President would take in a nation-wide television address to be delivered that evening. United States air reconnaissance had revealed that the Soviet Union was turning Cuba into a base for offensive missiles capable of destroying the most heavily populated areas of the Americas. Kennedy, Merchant told the Canadian ministers, would charge the USSR with a "clandestine, reckless and provocative threat to world peace," and would order the imposition of a naval quarantine on the further shipment of offensive military equipment to Cuba.

3.1.4 Características pessoais de Diefenbaker: gestão de conflito

Quanto à característica do primeiro-ministro identificada por Hermann e Kaarbo (1998) como gestão de conflito, é pertinente afirmar que John G. Diefenbaker possuiu uma forte tolerância ao dissenso em seu gabinete, atuando de forma conciliadora perante às discordâncias entre seus ministros, principalmente entre Howard Green, responsável pela pasta das Relações Exteriores do governo e Douglas Harkness, Ministro da Defesa durante a gestão do primeiro-ministro conservador.

Isto posto, pode-se afirmar que o premiê, apesar de possuir suas próprias preferências sobre as tratativas da questão nuclear, não buscou impor o seu posicionamento em momentos de dissenso em seu gabinete. Este comportamento foi fruto de seus temores políticos, e como previsto nos trabalhos de Hermann e Kaarbo (1998), resultou em um grande tempo até que uma decisão em relação às ogivas nucleares fosse tomada.

É nesta perspectiva que Howard H. Lentner (1976) afirma que, após o dissenso ser estabelecido no gabinete com a entrada de Howard Green, o primeiro-ministro não pôde mais aderir aos acordos firmados com os Estados Unidos em 1959 para aquisição dos armamentos nucleares, pois este acreditava que não seria capaz de trazer para o seu lado o país e o gabinete. Dessa forma, Lentner (1976) também afirma que a partir deste quadro, o líder passou a procurar formas de promover um consenso entre os seus ministros em relação ao assunto, o qual não se concretizou, levando ao agravamento do problema depois da deflagração da Crise dos Mísseis em Cuba no ano de 1962.

Este traço pessoal de Diefenbaker também pode ser visualizado nas conversas entre o primeiro-ministro e John F. Kennedy. Na carta enviada em 1961 pelo presidente ianque ao premiê, Kennedy buscou convencer o primeiro-ministro a receber definitivamente as ogivas previamente negociadas, argumentando que não havia uma razão lógica para que este se preocupasse com a reação da opinião pública na questão, pois esta não teria capacidade de fragilizar a gestão do conservador progressista em Ottawa. Entretanto, a resposta de Diefenbaker ao presidente norte-americano foi a de que as considerações sobre a aceitação dos armamentos nucleares deveria ser fruto de um consenso entre este, Douglas Harkness e Howard Green (MCMAHON, 2009), evidenciando sua preocupação em estabelecer um acordo entre as partes em conflito antes que qualquer ação fosse tomada.

O tom conciliador adotado pelo premiê em seu gabinete também é apontado como fator preponderante para o acirramento dos ânimos entre Ottawa e Washington. Para Jack Granatstein (2011), John Diefenbaker, inserido em um contexto de dissenso entre seus ministros e de ascensão de grupos pacifistas pelo país, não foi capaz de tomar nenhuma decisão relativa à nuclearização canadense. Esta hesitação levou ao retardamento das negociações com os Estados Unidos, ocasionando no descontentamento da Casa Branca com o primeiro-ministro.

3.1.5 Características pessoais de Diefenbaker: gestão do locus de decisão

Por último, cabe analisar a forma que o primeiro-ministro geriu o locus de decisão de sua política externa. A partir da literatura examinada, afirma-se que John Diefenbaker fez de seu gabinete a unidade de decisão em política externa de seu governo. Neste sentido, anteriormente aos desdobramentos da crise cubana, a resolução para a questão das ogivas nucleares foi delegada não apenas para o primeiro-ministro, mas sim para a sua equipe de ministros. Dessa forma, logo após a vitória de Diefenbaker, a negociação dos acordos nucleares foi encabeçada pelo gabinete, e como mostra Howard Lentner (1976), Os ministros envolvidos no desenvolvimento dos termos para uso das armas nucleares foram o premiê John Diefenbaker, Donald Fleming (Ministro da Finança), Douglas Harkness (Ministro da Defesa) e Sidney Smith (Ministro das Relações Exteriores).

Após a morte de Smith e a sua substituição por Green, John Hilliker (1984, p. 165, tradução livre)²⁰ enfatiza que os lócus de decisão sobre as armas nucleares permaneceram com o gabinete, isto posto, o autor afirma que com a implantação do dissenso no gabinete, “[o problema das armas nucleares] se tornou uma questão a ser resolvida pelos ministros, e caso estes não encontrassem um ponto em comum, esta seria decidida pelo premiê”.

Erika Simpson (2001) aponta o mesmo cenário ao expor que o acordo nuclear com os estadunidenses produziu uma rachadura no gabinete, onde houve três posicionamentos diferentes durante o processo de decisão. Desse modo, alguns defendiam a ideia de que era uma obrigação canadense contribuir com os Estados Unidos na *détente* nuclear, enquanto outros arguíam que a nuclearização do país apenas acirraria os ânimos entre a União Soviética e o Ocidente. No meio dessa polarização estava John Diefenbaker, que acreditava na necessidade

²⁰ As a result, the matter became one for resolution between ministers or, if they could not find common ground themselves, by the prime minister.

de cooperação nuclear com Washington, mas ao mesmo tempo buscava dar um tom autônomo para os acordos nucleares firmados no início de sua gestão.

Ademais, durante a Crise dos Mísseis Cubana, John Diefenbaker delegou ao seu gabinete a responsabilidade em decidir como o país responderia ao evento. Dessa forma, apesar do primeiro-ministro expor suas preferências, este permitiu que o processo decisório da questão fosse guiado pelo debate entre os seus ministros. Patricia McMahon (1999) salienta a definição do gabinete como lócus de decisão do governo ao expor que, após o pedido norte-americano de que fossem colocadas as tropas canadenses em alerta, o Ministro da Defesa Douglas Harkness solicitou a aprovação do primeiro-ministro para tal ação, que a rejeitou e ao mesmo tempo determinou que esta fosse debatida e decidida entre os membros do gabinete.

Ainda sobre a crise cubana, responsável por asseverar a questão nuclear no Canadá, Matthew Gurney (2007) também mostra a preponderância do gabinete sobre o processo decisório ao discorrer que após o pronunciamento do presidente norte-americano sobre a presença de armamentos nucleares na ilha caribenha, o gabinete de John Diefenbaker iniciou um profundo debate sobre em que termos o país deveria agir em relação ao episódio, o qual houve uma polarização entre o premiê, Green e Harkness, resultando assim, em um grande atraso no processo de formulação e tomada de decisão.

A partir da obra de Peter Newman (1963) é possível visualizar o gabinete como local de decisão para os temas de política externa. Neste sentido o autor afirma que após a solicitação estadunidense para a fixação das forças armadas canadenses em alerta:

A maioria dos ministros acreditava que o aval para a ação americana não seria mais do que uma formalidade. Mas os ânimos ao redor da mesa de negociação mudaram quando Howard Green lançou o seu mais caloroso apelo de toda sua vida política. Ele solicitou que fossem feitas reconsiderações à ideia de seguir cegamente a liderança dos Estados Unidos, particularmente após o presidente norte-americano não ter cumprido com seu compromisso de consultar o país sobre a crise iminente. “Se nós seguirmos os americanos agora”, ele disse, “nós iremos ser seus vassalos para sempre.” (NEWMAN, 1963, p. 337, tradução livre)²¹

²¹ Most of the ministers believed that endorsement of the American move would be nothing more than a formality. But the mood around the Privy Council table changed when Howard Green delivered what was the most impassioned appeal of his political life. He pleaded that reconsideration be given to the idea of blindly following the United States lead, particularly since the United States President had not kept the commitment to consult with Canada over the impending crisis. “If we go along with the American now,” he said, “we’ll be their vassals forever.”

Concluindo, é adequado afirmar que a gestão de Diefenbaker em relação aos lócus de decisão delegou, até o desencadeamento da crise política responsável por derrubar o conservador progressista do governo, ao gabinete a discussão e definição da política externa canadense.

Após discutido nessa seção os traços pessoais do premiê a partir das variáveis indicadas por Hermann e Kaarbo (1998), a próxima parte deste capítulo busca responder à pergunta de pesquisa e verificar a hipótese levantada na presente monografia.

3.2 A liderança de Diefenbaker e seu impacto sobre às negociações nucleares

A partir do conteúdo discorrido acima, é possível responder finalmente à pergunta enunciada nessa pesquisa, ou seja, *“O que levou ao congelamento das negociações canadenses para o estabelecimento de armas nucleares estadunidenses em seu território durante a gestão de John Diefenbaker?”*

Argumenta-se, a partir da bibliografia utilizada, que o estilo de liderança do primeiro-ministro John George Diefenbaker foi determinante no congelamento das negociações para o estabelecimento de armas nucleares estadunidenses no Canadá durante a sua gestão. Dessa forma, *a partir de seus traços pessoais, responsáveis por determinar suas crenças e sua forma em lidar com o seu gabinete, o premiê conduziu o seu processo decisório a um quadro de congelamento e de permanente dissenso.*

Como visto acima, o primeiro-ministro, apesar de ter se envolvido amplamente no processo decisório de sua política externa, não buscou impor suas preferências sobre seus colegas, permitindo que estes agissem em conjunto na definição de políticas de seu governo e tivessem amplo acesso às informações relevantes para política externa do país. Essa prática garantiu que os posicionamentos distintos dos ministros Douglas Harkness e Howard Green fossem levados em conta no processo decisório.

Ademais, constatou-se que o premiê guiou a sua gestão para o foco no processo decisório em si, e não para a resolução concreta dos problemas faceados pelo país. Esse comportamento está em consonância com as preocupações do líder em obter estabilidade e sobrevivência política, o que o levou a hesitar ao máximo qualquer posicionamento concreto em relação às ogivas nucleares por medo de desaprovação da sociedade civil e de fragmentação

de seu gabinete. Essa característica incorporada pelo líder permitiu o agravamento da questão nuclear no país, uma vez que o premiê passou a titubear quanto à aceitação dos armamentos nucleares ianques que seriam instalados em território canadense, acarretando no acirramento dos ânimos entre Ottawa e Washington, e permitindo a reação crítica da oposição, encarnada pela figura de Lester Pearson, líder do Partido Liberal.

Outra importante característica do premiê foi sua grande tolerância ao dissenso no seu gabinete. Ao temer a desestruturação do seu corpo político, o que veio a acontecer após a resignação de Douglas Harkness no fim de seu governo em 1963, John Diefenbaker tentou ao máximo adotar políticas que não confrontassem o posicionamento dos ministros envolvidos na questão nuclear. Esse comportamento pode ser comprovado pelo seu tom conciliador e não-confrontacionista durante a sua administração. Sem sucesso, o premiê sugeriu políticas que pudessem agradar às partes discordantes, como por exemplo, a aceitação das ogivas nucleares sob a condição de serem administradas conjuntamente por Ottawa e Washington. A tolerância ao conflito foi um fator propulsor para o avanço da crise política no país, uma vez que estas acentuaram o silêncio canadense em relação aos acordos nucleares e permitiram a existência de um vácuo de defesa na América do Norte durante a Crise dos Mísseis, onde houve grande demora para colocar as tropas em estado de alerta, as quais se encontraram desnudadas de material nuclear, uma vez que o acordo com os Estados Unidos permanecia congelado no gabinete.

O primeiro-ministro também conduziu o seu governo à derrocada ao permitir que o locus de decisão se concentrasse sobre o seu gabinete. Dessa forma, o acordo nuclear não pôde avançar com a instalação do dissenso entre seus ministros, conduzindo o governo a uma difícil situação no país, onde a questão nuclear se tornou urgente e o primeiro-ministro buscou até o último momento não tomar qualquer tipo de decisão isoladamente.

Isto posto, afirma-se que as características pessoais do primeiro-ministro causaram um severo congelamento no seu processo decisório, o qual foi responsável por bloquear as negociações canadenses para o estabelecimento de armas nucleares em seu território. A necessidade de sobrevivência política do premiê e sua forma de administrar as informações garantiram a ampla participação de seus ministros no processo decisório, os quais, através da ampla tolerância ao dissenso e da preponderância do gabinete como locus de decisão, foram capazes de perpetuar as discordâncias no processo decisório, levando o governo do conservador progressista a uma forte crise política pela incapacidade de tomar uma decisão em relação aos acordos nucleares.

A partir dessa análise, pode-se observar que há uma forte relação entre as características do primeiro-ministro e a sua forma em lidar com o seu grupo, e, portanto, *é plausível afirmar que o argumento, de que o processo de formulação e tomada de decisão em política externa para o estabelecimento de armas nucleares no Canadá foi influenciado pelas dinâmicas que ocorreram entre o estilo de liderança do primeiro-ministro e o seu grupo consultivo.*

A partir da confirmação da hipótese levantada nesta pesquisa, cabe agora determinar, com base nos trabalhos de Hermann e Preston (1994), qual foi o padrão de relacionamento adotado por John Diefenbaker no seu grupo. Desse modo, reafirma-se nesta pesquisa que o premiê desenvolveu um padrão de Controle Informal com Foco no Processo junto ao seu gabinete.

Recapitulando, o padrão de relacionamento definido como Controle Informal com Foco no Processo é estabelecido quando o líder exerce um padrão de autoridade informal e pouco bem-definido, onde os membros são vistos como importantes peças-chaves no processo decisório e possuem responsabilidade compartilhada sobre a tomada de decisão. Ademais, o líder tem tolerância ao dissenso, permite a heterogeneidade de ideias e busca agir de forma a promover coesão entre os participantes do grupo.

Isto posto, pode-se verificar que John Diefenbaker, através das suas características pessoais mencionadas na seção anterior, promoveu este padrão de comportamento junto ao seu gabinete, uma vez que este adotou um padrão informal de autoridade ao horizontalizar o acesso às informações e ao permitir que os membros participassem plenamente do processo de formulação e tomada de decisão em política externa, vendo-os como importantes peças no processo decisório em relação à política nuclear do país. Ademais, o premiê teve tolerância ao dissenso e não buscou impor as suas preferências frente à heterogeneidade de ideias, mas sim procurou estabelecer um acordo entre as partes discordantes, simbolizadas pelos ministros Howard Green e Douglas Harkness. Ademais, como já visto, o foco do primeiro-ministro não foi destinado à resolução de problemas, mas sim ao processo decisório, devido a sua necessidade de sustentação e sobrevivência política.

Como proposto no segundo capítulo, espera-se que o padrão de relacionamento entre Executivo e grupo consultivo sugerirá que determinada unidade de decisão definitiva esteja presente no processo decisório. A partir da tipologia proposta, cabe verificar se o padrão adotado por John G. Diefenbaker permitiu a vigência de uma unidade de decisão específica em sua política externa.

Dessa forma, reintroduz-se a tabela apresentada anteriormente:

Tabela 2: Unidade de Decisão Definitiva esperada para o padrão de relacionamento entre Diefenbaker e seu gabinete.

		CONTROLE	
		<i>FORMAL</i>	<i>INFORMAL</i>
FOCO	<i>PROBLEMA</i>	<u>Líder Predominante</u> Externamente influenciável	<u>Grupo Único</u> Fechado
	<i>PROCESSO</i>	<u>Líder Predominante</u> Fechado	<u>Grupo Único</u> Externamente influenciável

Espera-se então, que através das características pessoais de Diefenbaker, o relacionamento entre este e seu grupo consultivo, definido como Controle Informal com Foco no Processo, tenha estabelecido a unidade de decisão definitiva em sua política externa como Grupo Único e externamente influenciável.

A partir dos estudos feitos até aqui, é pertinente afirmar que a unidade de decisão definitiva presente na política externa de John G. Diefenbaker foi o seu gabinete. As características pessoais do premiê citadas na primeira seção deste capítulo revelam que este garantiu que o seu grupo de ministros fosse a unidade de decisão em seu governo. Desse modo, confirma-se que o padrão de relacionamento adotado pelo primeiro-ministro conferiu a seu gabinete (grupo único), a capacidade de tomar uma decisão em política externa que não pode ser facilmente revertida.

Em relação a ser externamente influenciável, Hermann e Hermann (1989) argumentam que grupos únicos com dissenso permanente são suscetíveis a sofrerem influências externas. Essa afirmação converge com a situação enfrentada pelo gabinete de Diefenbaker, uma vez que após um longo período de discordância entre os seus membros, este passou a sofrer pressões da administração de Kennedy, da opinião pública no país (simbolizada pela atuação de grupos

pacifistas pelo país, como por exemplo, Voice of Women e CCCRH) e do Partido Liberal sob o nome de Lester Pearson.

Com a deflagração da Crise dos Mísseis, as influências externas sofridas pelo gabinete promoveram uma mudança na unidade de decisão em política externa, uma vez que o grupo único foi incapaz em adotar uma política em relação às ogivas nucleares. A partir das fortes pressões enfrentadas por Diefenbaker, o primeiro-ministro se viu obrigado a adotar um posicionamento, levando a unidade de decisão a ser definida no fim de sua gestão como Líder Predominante. Segundo Hermann e Hermann (1989), quando a unidade de decisão se caracteriza como Líder Predominante, é importante observar as crenças e valores pessoais do líder. Como visto nesta monografia, John Diefenbaker provou-se, ao longo de sua gestão, ser um líder extremamente nacionalista e virulentamente anti-americanistas, o que pode ser a causa da sua decisão em rejeitar por completo o estabelecimento de ogivas nucleares em território canadense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se compreender neste trabalho as raízes do impasse nuclear implantado durante o governo de John G. Diefenbaker. Dessa forma, traçou-se um conjunto de eventos no primeiro capítulo, expondo a inserção das armas nucleares na agenda internacional de segurança e a difícil relação desenvolvida entre o Canadá e a bomba. A partir da revisão da literatura, percebeu-se que as causas principais para a crise nuclear canadense foram domésticas, isto é, provocada por atores políticos presentes dentro do governo de Diefenbaker, como por exemplo, o próprio primeiro-ministro e seu gabinete.

Uma vez realizada uma plena revisão dos fatos sobre o evento estudado neste trabalho, o segundo capítulo buscou identificar importantes trabalhos da APE que pudessem servir de ferramenta de análise para a questão nuclear canadense. Desse modo, procurou-se elucidar meios para que o estilo de liderança do primeiro-ministro e a interação com o seu gabinete fossem investigadas. A partir deste levantamento teórico, o trabalho também buscou inter-relacionar dois conceitos da APE através de uma tipologia, apontando que a formação da unidade definitiva de decisão pode variar dependendo do relacionamento estabelecido entre o Executivo e seu grupo consultivo.

O terceiro capítulo, que compreende a análise dos traços pessoais do líder, possibilitou que essa pesquisa chegasse à conclusão de que as características de Diefenbaker foram responsáveis pelo congelamento das negociações para estabelecimento de armas nucleares no território canadense. A forma como o chefe do Executivo geriu as informações e o locus de decisão de sua política externa, a sua grande tolerância ao conflito e seu foco no envolvimento direcionado à sua sobrevivência política levaram o premiê a adotar um padrão de relacionamento informal e com foco no processo junto ao seu gabinete, o qual passou a ser o centro decisório da política externa do líder conservador. Ademais, argumenta-se que o padrão de relacionamento desenvolvido por Diefenbaker com o seu gabinete foi determinante para a perpetuação do dissenso entre seus ministros em relação às armas nucleares, responsável por conduzir o país a uma forte crise política que foi capaz de derrubar o governo do conservador progressista.

Através das conclusões obtidas no terceiro capítulo, essa pesquisa foi capaz de verificar de que o processo de formulação e tomada de decisão em política externa para o estabelecimento de armas nucleares no Canadá foi influenciado pelas dinâmicas que ocorreram entre o estilo de liderança do primeiro-ministro e o seu grupo. Através da tipologia proposta no

segundo capítulo, notou-se que o relacionamento de Diefenbaker com o seu gabinete, isto é, informal com foco no processo, permitiu que a unidade de decisão definitiva em política externa fosse definida como Grupo Único e externamente influenciável, uma vez que este passou à sofrer pressões externas da diplomacia norte-americana, da opinião pública e do partido opositor após a perpetuação do dissenso entre ministros, o qual fixou uma grande incógnita nos acordos nucleares firmados com os Estados Unidos.

A realização deste trabalho atesta a relevância do primeiro-ministro no processo de formulação e tomada de decisão em política externa, mostrando que a política externa de um país pode sofrer fortes influências a partir das características pessoais do Chefe do Executivo. Portanto, é fundamental entender a interação entre este ator e os demais atores domésticos, pois, apesar das amarras estruturais, estes podem ser os principais responsáveis pelo comportamento e pelas atitudes tomadas pelo país no cenário internacional.

Aos pesquisadores e interessados neste campo de estudo, faz-se o convite para a realização de possíveis novas pesquisas, principalmente aquelas destinadas ao Brasil, objetivado construir conhecimento e elucidar o campo ainda pouco explorado dos estilos de liderança dos presidentes e seus impactos sobre a política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

BOTHWELL, Robert. **Eldorado**: Canada's National Uranium Company. Toronto: University Of Toronto Press, 1984. 463 p.

BRATT, Duane. Canada's Nuclear Schizophrenia. **Bulletin Of The Atomic Scientists**, Chicago, v. 58, n. 2, p.44-50, mar. 2002.

BUCKLEY, Brian. **Canada's Early Nuclear Policy**: Fate, chance, and character. Quebec: McGill-queen's University Press, 2000. 167 p.

CIRINCIONE, Joseph. **Bomb Scare**: The History and Future of Nuclear Weapons. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007. 193 p.

CREATE. **Chalk River National Laboratory**. Ontario: Chalk River Employee Ad-hoc Taskforce, 2012. 24 p. Disponível em: <[http://www.futurecrl.ca/userfiles/CRNL concept English.pdf](http://www.futurecrl.ca/userfiles/CRNL%20concept%20English.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2016.

DELGADO, James P.. **Nuclear Dawn**: The Atomic Bomb from the Manhattan Project to the Cold War. Oxford: Osprey Publishing, 2009. 208 p.

DONNELLY, Jack. **Realism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. 228 p.

EDWARDS, Gordon. **Canada and the Bomb**: Past and Future. 2014. Disponível em: <http://www.ccnr.org/Canada_and_Bomb.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

EINSTEIN, Albert. **Carta para Franklin Roosevelt**. 1939. Disponível em: <<http://www.fdrlibrary.marist.edu/archives/pdfs/docs/worldwar.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

FISCHER, David. **History of the International Atomic Energy Agency**: The First Forty Years. Vienna: Iaea, 1997. 550 p.

GRANATSTEIN, J. L.. Gouzenko to Gorbachev: Canada's Cold War. **Canadian Military Journal**, Kingston, v. 12, n. 1, p.41-53, dez. 2011.

GURNEY, Matthew. **Leaders in Conflict: Diefenbaker, Kennedy, and Canada's Response to the Cuban Missile Crisis**. 2007. 111 f. Tese (Doutorado) - Curso de Artes, História, Wilfrid Laurier University, Ottawa, 2009.

HERMANN, Margaret G.; HERMANN, Charles F.. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. **International Studies Quarter**, Ohio, v. 33, n. 4, p.361-387, dez. 1989.

HERMANN, Margaret G.; PRESTON, Thomas. Presidents, Advisers, and Foreign Policy: The Effect of Leadership Style on Executive Arrangements. **Political Psychology**, Ohio, v. 15, n. 1, p.75-96, 1 nov. 1994.

HILLIKER, John F.. The Politicians and the “Pearsonalities”: The Diefenbaker Government and the Conduct of Canadian External Relations. **Historical Papers: Communications historiques**, Guelph, v. 19, n. 1, p.151-167, jan. 1984.

HOLLOWAY, David. Nuclear Weapons and the Escalation of the Cold War: 1945-1962. In: WESTAD, Odd Arne; LEFFLER, Melvin (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War: Vol. 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 376-397.

HUDSON, Valerie M.; VORE, Christopher S.. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, Oxford, v. 39, n. 2, p.209-238, out. 1995.

JOHNSON, Gregory A.. An Apocalyptic Moment: Mackenzie King and the Bomb. In: DONAGHY, Greg (Ed.). **Uncertain Horizons: Canadians and Their World in 1945**. Ottawa: Canadian Committee For The History Of The Second World War, 1997. p. 101-129.

KAARBO, Juliet; HERMANN, Margaret G.. Leadership Styles of Prime Ministers: How individual differences affect the foreign policymaking process. **Leadership Quarterly**, Kansas, v. 9, n. 3, p.243-263, set. 1998.

KING, Anthony. Introduction: The Textbook Prime Ministership. In: KING, Anthony (Ed.). **The British Prime Minister**. 2. ed. Durham: Duke University Press Books, 1985. Cap. 1. p. 1-11.

LENTNER, Howard H.. Foreign Policy Decision Making: The Case of Canada and Nuclear Weapons. **World Politics**, Baltimore, v. 29, n. 1, p.29-66, out. 1976. The Johns Hopkins University Press.

LEVY, Jack S.. Psychology and Foreign Policy Decision-Making. In: HUDDY, Leonie; SEARS, David O.; LEVY, Jack S. (Ed.). **The Oxford Handbook of Political Psychology**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 33.

MAHAFFEY, James A.. **Nuclear Power: The History of Nuclear Power**. Nova Iorque: Facts On File, 2011. 157 p.

MCKERCHER, Asa. Diefenbaker's World: One Canada and the History of Canadian–American Relations, 1961–63. **The Historian**, Florida, v. 75, n. 1, p.94-120, mar. 2013.

MCMAHON, Patricia. **Essence of Indecision: Diefenbaker's Nuclear Policy, 1957-1963**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2009. 235 p.

MCMAHON, Patricia. **The Politics of Canada's Nuclear Policy, 1957-1963**. 1999. 359 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, História, Universidade de Toronto, Toronto, 1999.

NEWMAN, Peter C.. **Renegade in Power: The Diefenbaker Years**. 2. ed. Toronto: McClelland & Stewart Limited, 1963. 414 p.

OH, Jung. **Hiroshima and Nagasaki: The Decision to Drop the Bomb**. 2002. Disponível em: <https://michiganjournalhistory.files.wordpress.com/2014/02/oh_jung.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

RYDELL, Randy. **LOOKING BACK: Going for Baruch: The Nuclear Plan That Refused to Go Away**. 2006. Arms Control Association. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2006_06/LookingbackBaruch>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 1, n. 56, p.40-59, 10 fev. 2013.

SIMPSON, Erika. New Ways of Thinking about Nuclear Weapons and Canada's Defence Policy. In: SHEPARD, R. Bruce; STORY, Donald Clarke (Ed.). **The Diefenbaker legacy: Canadian politics, law, and society since 1957**. Regina: Canadian Plains Research Center, 1998. p. 24-41.

SIMPSON, Erika. **Nato and the Bomb: Canadian Defenders Confront Critics**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2001. 349 p.

SLADE, Arthur. **John Diefenbaker: An Appointment with Destiny**. Montreal: Xyz, 2001. 129 p.

SNYDER, Richard C. et al. **Foreign Policy Decision-Making: Revisited**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2002. 181 p.

SPITTAL, Cara. **The Diefenbaker Moment**. 2011. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, História, University Of Toronto, Toronto, 2011.

TRUDGEN, Matthew. DO WE WANT "BUCKETSOFTINSTANTSUNSHINE"? CANADAAND NUCLEARWEAPONS 1945-1984. **Canadian Military Journal**, Kingston, v. 10, n. 1, p.46-55, 15 out. 2009. Disponível em: <<http://www.journal.forces.gc.ca/vol10/no1/08-trudgen-eng.asp>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

UAB/UFRGS. Métodos de pesquisa. Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira (Org). Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009, 120 p. Disponível em: <<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>> Acesso: 01/04/2016

ZORBAS, Jason Gregory. **DIEFENBAKER, LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN**. 2009. 220 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, História, University Of Saskatchewan, Saskatoon, 2009.

ZORBAS, Jason. A Red Tory in Foreign Affairs: Analyzing John Diefenbaker's Foreign Policies from an Ideological Perspective. In: ANNUAL MEETING OF THE CANADIAN

POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 47., 2010, Ottawa. **Dissertação.** Ottawa: University Of Saskatchewan, 2010. p. 1 - 14.